



REVISTA MAIÊUTICA

Curso de Ciências Contábeis

Publicação de Divulgação Científica e Cultural do Núcleo de Educação a Distância do Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Copyright / Editora UNIASSELVI 2014

Reitor da Uniasselvi

Hermínio Klock

Pró-Reitor de Ensino de Graduação a Distância

Prof.^a Francieli Stano Torres

Pró-Reitor Operacional de Graduação a Distância

Prof. Hermínio Klock

Editor-Chefe

Prof. Evandro André de Souza

Editor da Revista Maiêutica

Prof. Luis Augusto Ebert

Editores de Seção

Prof. Luciano Fernandes

Prof. Adelano Pasold

Prof. Ilário Zielse

Prof. José Alfredo Pareja Gomes de La Torre

Prof.^a Julciléia Martini França

Prof.^a Maíke Bauler Theis

Prof. Marcos Renato Müller

Prof.^a Maria de Fátima Martins

Prof. Valdecir Knuth

Editoração e Diagramação

Letícia Vitorino Jorge

Capa

Cleo Schirmann

Revisão Final

José Roberto Rodrigues

Harry Wiese

Diógenes Schweigert

Publicação Online

Propriedade do Centro Universitário Leonardo da Vinci

Ficha catalográfica elaborada na fonte pela Biblioteca Dante Alighieri
UNIASSELVI – Indaial.

Apresentação

A Revista Maiêutica de Ciências Contábeis, que apresentamos a você com grande satisfação, abrange um conjunto de artigos específicos da área da gestão contábil. Esses textos levam os processos educativos à instância da aprendizagem cooperativa, uma vez que fomentam a atuação conjunta de professores, tutores e acadêmicos que colaboraram e colaboram mutuamente, em prol de um objetivo comum: a formação do conhecimento.

O conhecimento construído com base em um processo colaborativo abrange um contexto ambiental da contabilidade, frente as mudanças mundiais enquanto ciência destinada a perceber as qualificações do patrimônio das organizações corporativas e que acompanha o desenvolvimento e a inovação tecnológica.

De fato, o conhecimento gerado no conjunto destas ações se volta para o perfil profissional qualificado do gestor contábil que, de forma crítica, elucida questões voltadas às práticas de gestão.

Um gestor habilitado a compreender, tomar decisões e propor soluções sobre os problemas de ordem patrimonial, econômica e financeira das organizações, partindo da utilização eficaz das informações contábeis.

Essa publicação evidencia a importância de pesquisar, aprofundar, socializar os resultados e trocar ideias e assim enriquecer o mundo acadêmico com diferentes conhecimentos. Afinal, o nome Maiêutica relembra o conceito socrático de que é preciso trazer as ideias à luz, fazer nascer o conhecimento, confirmando a dialética necessária da construção da sabedoria humana.

Convidamos você para a leitura dessa Revista, para assim desfrutar de cada um dos ensinamentos apresentados e, deste modo, continuar o processo de enriquecimento intelectual.

Luciano Fernandes
Coordenador do Curso de Ciências Contábeis

Francieli Stano Torres
Pró-Reitora de Ensino de Graduação a Distância



SUMÁRIO

O GESTOR E A COMUNICAÇÃO EFICAZ GISELE KARINA BRANDEL	7
PLANEJAMENTO FINANCEIRO E SEUS BENEFÍCIOS ANAIR VANDERLINDE	11
A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE E A CONTRIBUIÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GERENCIAL SEILA PEREIRA PATRÍCIO KURTZ	17
BALANÇO SOCIAL: UMA FERRAMENTA, UMA RESPONSABILIDADE SOCIAL DE UMA ORGANIZAÇÃO ISRAEL PEREIRA NOGUEIRA	23
ELABORAÇÃO E DETALHAMENTO DA DMPL E DFC DE UMA ENTIDADE EMPRESARIAL GREICE NARA MOREIRA SALES	31
ÉTICA: FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO NA CONSCIÊNCIA HUMANA JACKSON ERDMANN	39
ÉTICA E MORAL JULIANA MAGANO MAIA	43
ECONOMIA DO BRASIL BÁRBARA RIBEIRO DINAELE SANTINO FERREIRA EDUARDO SCHMITT LUCIMARY RAULINO	47
ECONOMIA COMO FERRAMENTA COMPETITIVA PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS LIGADAS À ATIVIDADE DE COMÉRCIO CLEBER MEDEIROS CRISTIAN JHULIEN BRANGER OLEGÁRIO JOSÉ MACEDO	53

O GESTOR E A COMUNICAÇÃO EFICAZ

Gisele Karina Brandel¹

Dolores Tomaselli Doose²

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Ciências Contábeis (CTB0137) – Prática do Módulo I

12/06/2013

RESUMO

O sucesso de uma organização vai depender diretamente do conhecimento que o gestor tem para administrar suas habilidades de comunicação e competência para se comunicar de forma adequada com seus colaboradores. Dentro das empresas a comunicação toma várias direções, de acordo com os objetivos que se quer alcançar. Estes objetivos determinam as ferramentas a serem utilizadas. Assim, através da comunicação, uma pessoa pode conseguir com maior facilidade o que deseja, dentro ou fora de uma empresa.

Palavras-chave: Sucesso. Habilidades de Comunicação. Competência.

1 INTRODUÇÃO

A comunicação eficaz no processo de gestão é uma das maiores dificuldades encontradas nas empresas. Dificilmente se conquista um padrão adequado onde se possa falar uma linguagem clara, que não permita dupla interpretação ou coisa parecida, principalmente para quem está iniciando no mercado de trabalho.

O gestor é o responsável pela motivação de sua equipe e a maneira como ele irá comunicar-se com seus colaboradores influenciará diretamente no desempenho do grupo. Assim, deve-se ter plena consciência de suas habilidades e da forma mais adequada de colocar essas habilidades em prática nas mais diversas ocasiões.

O objetivo deste trabalho é apresentar a importância da habilidade da comunicação dos gestores para com seus colaboradores,

identificando as diferentes formas de comunicação, proporcionando ao gestor as relações entre habilidade e as formas existentes no processo de comunicação.

2 O GESTOR E A COMUNICAÇÃO EFICAZ

A comunicação é uma ação com a qual os indivíduos trocam entre si informações, sentimentos e experiências. É através dela que podemos, dentro de uma organização, unir forças e atuar de maneira a cooperar e colaborar, obtendo resultados positivos por meio de trabalho em equipe.

Praticamente todas as relações humanas e interpessoais abrangem a comunicação, pois ela é um veículo de significados que pode influenciar, inclusive, os nossos comportamentos. Em outras

palavras, é o modo pelo qual se constroem e se interpretam significados a partir das trocas de experiências.

A empresa é um espaço definido e organizado de maneira que se possa trabalhar e produzir com qualidade. É importante que o processo comunicacional que ocorre dentro dela seja desenvolvido organizadamente, para que as relações interpessoais que ali acontecem sequenciem melhorias na produção e no desenvolvimento.

A comunicação, além de transmitir informações, constrói e define valores e normas.

Comunicar já não é apenas transmitir informações, mas imprimir significados. Numa organização, as informações não devem circular desarticuladas e de modo caótico, mas sujeitas a uma hierarquia de cargos e funções. Elas, recebidas ou produzidas, devem caminhar por todo um sistema de redes e fluxos internos e externos (TOMASI; MEDEIROS, 2007, p. 34).

A comunicação está presente em tudo dentro da empresa: no telefone, agenda, avisos, recados, intranet, *banners* de marcas, informação visual quanto à forma de pagamento, uniformes, crachás de identificação, nas interações ou processos de troca de informação. Um conjunto intenso de informações que circulam e interagem integrando a empresa, e que tende a ser despercebido pelos administradores.

O setor administrativo é o responsável pela organização e o planejamento da comunicação dentro da empresa. Para que esse processo seja possível é preciso

que os envolvidos estejam conscientes quanto aos objetivos de um planejamento organizacional no processo comunicacional e aberto às novas mudanças, para que assim elas possam favorecer a produção e o crescimento. É função dos responsáveis pela empresa persuadir os colaboradores para que se abram às novas mudanças na comunicação interna da empresa. Segundo Pimenta (2002, p. 134), “O cuidado com a comunicação no exercício da liderança é que vai permitir ao administrador conhecer a visão e os valores dos funcionários e articulá-los com os seus”.

Comunicar-se é um desafio complexo e fascinante, que interfere significativamente na qualidade de vida pessoal e profissional de todas as pessoas. Na empresa, a competência em lidar com a comunicação vai determinar o sucesso na definição, socialização e concretização das metas, junto ao público interno (PIMENTA, 2010).

Uma boa comunicação é essencial para a eficácia de qualquer organização. Parece razoável afirmar que uma das principais forças que podem impedir o bom desempenho de um grupo é a falta de uma comunicação eficaz. A comunicação é mais do que simplesmente transmitir um significado. Ela precisa ser compreendida. Portanto, a comunicação precisa incluir a transferência e a compreensão do significado. A comunicação eficaz tem de se dar de tal forma que a figura mental percebida pelo receptor seja idêntica à do emissor (ROBINS, 2007).

Na comunicação organizacional

.....

existe a gestão do conhecimento: trata-se de um processo de organização e distribuição do saber coletivo da empresa de maneira a fazer com que a informação certa chegue à pessoa certa, na hora certa. (ROBBINS, 2007).

Existe uma relação direta entre comunicação e satisfação do trabalhador: quanto menor a incerteza, maior a satisfação. Quanto menor a distorção na comunicação, as metas, o *feedback* e outras mensagens dos dirigentes aos funcionários serão recebidos da forma mais próxima do pretendido. O uso extensivo dos canais verticais, horizontais e informais aumenta o fluxo de comunicação. (ROBBINS, 2007).

Há uma relação positiva entre a produtividade dos trabalhadores e a comunicação eficaz. A escolha do canal adequado, a escuta eficaz e a utilização do *feedback* podem ajudar muito a comunicação a se tornar mais eficaz. (ROBBINS, 2007).

Na comunicação escrita, independente do que falamos, os documentos escritos são os que melhor transmitem nossos pensamentos de acordo com o que queremos registrar, que pode ser uma informação, reclamação, sugestão, conceitos, regras, entre outros objetivos existentes. No entanto, para que uma comunicação escrita seja eficaz é necessário que ela seja clara, objetiva, que se conheça bem a língua utilizada pelo receptor, a forma como a interpreta e, a partir dos dados coletados, o emissor poderá redigir ao receptor, alcançando com maior facilidade o que se deseja.

.....

Já na comunicação oral, falar não

significa se comunicar bem; para se comunicar bem através da fala os profissionais devem estar atentos a um conjunto de técnicas que o auxiliarão a obter o que desejar. Muitos profissionais têm um bom conhecimento técnico, mas não conseguem transmiti-lo, pois não têm habilidades de comunicação oral. Eles tremem, ficam gogos, suam frio e não conseguem expor o que devem para obter sucesso em diversos momentos de sua vida. Somente conhecimentos técnicos não levam o profissional ao sucesso, mas o profissional que conhecer técnicas de comunicação oral, gestual e escrita, somadas a este conhecimento, se destacará em reuniões, nos encontros, com um colega onde e com quem ele for falar, independente da ocasião.

Como visto, a comunicação é elemento essencial no processo de trabalho entre o gestor e seus colaboradores. É pela comunicação que os objetivos tornam-se claros, que o caminho se ilumina. É pelo completo processo de uma boa comunicação, quando o emissor se faz entender plenamente pelo receptor e este demonstra ao receptor que de fato entendeu a mensagem, sem ruídos, com um bom *feedback*. É pela comunicação que se constroem planos, se desenham projetos, se traçam objetivos. Deixar claro o que se espera é papel do gestor que sabe se comunicar. Além de um bom gestor comunicador, este deve ser também um bom gestor motivador. Assim, com uma comunicação eficaz, um gestor conseguirá motivar seus funcionários a tomar um caminho: buscar um objetivo comum em direção a melhores resultados. (BARRETO; PEREIRA, 2007, p. 33).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo gerar uma análise simples entre o gestor e o processo de comunicação dentro

da organização.

A comunicação é vista como uma ferramenta de extrema importância nas organizações, haja vista que sem comunicação não há organização que subsista. São muitas as formas de comunicação num cenário contemporâneo, entre elas, além do contato pessoal, destacam-se a internet e o correio eletrônico. Estes últimos são meios rápidos e instantâneos de se estabelecer a comunicação entre líderes e liderados, mas não tão eficazes quanto a prática de reuniões, onde o gestor fala diretamente aos seus colaboradores, transmitindo-lhes as informações com mais ênfase.

O gestor pode usar a comunicação para motivar seus funcionários e, assim, obter melhores resultados para a organização. O gestor pode criar situações que estimulem o interesse pessoal dos indivíduos do grupo, despertando suas necessidades. Uma vez que os indivíduos do grupo iniciem um esforço em busca da satisfação de suas necessidades, cabe ao gestor direcionar esse esforço em prol dos interesses da organização.

O bom gestor expressa confiança, é íntegro, competente, consistente, leal e aberto ao diálogo, fazendo bom uso da comunicação. Na verdade, a comunicação é um dos elementos integrantes e indispensáveis à gestão eficaz. Sem comunicação, ou seja, sem a transmissão de significados, não se influencia pessoas. Por fim, conclui-se, neste trabalho, que todo bom gestor deve ser um bom comunicador de significados.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Maria Beatriz Bastos; PEREIRA, Sólton Lopes. 2007. 91p. **A comunicação do líder como fator motivacional**. FIA – Fundação Instituto de Administração. Brasília. Dezembro, 2007.

PIMENTA, Maria Alzira. **Comunicação empresarial**. 7. ed. Campinas, 2010.

_____. **Comunicação empresarial**. 3. ed. Campinas, 2002.

ROBBINS, Stephen. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Ed. Pearson-Prentice Hall, 2007.

TOMASI, Carolina; MEDEIROS, João Bosco. **Comunicação empresarial**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PLANEJAMENTO FINANCEIRO E SEUS BENEFÍCIOS

Anair Vanderlinde¹

Nádia Nara de Godoy²

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Ciências Contábeis (CTB0116) – Prática do Módulo II

31/05/2013

RESUMO

Na busca de um maior rendimento financeiro, seja pessoal ou empresarial, tem-se procurado meios de auxílio no entendimento de tal questão. Neste contexto, o objetivo do trabalho é destacar a importância e os benefícios do planejamento e controle financeiro pessoal e empresarial, além de ferramentas que podem ser usadas como visionárias nas projeções futuras das finanças. Através dos estudos realizados, nota-se que o planejamento familiar ajuda na formação de indivíduos críticos e independentes, além de facilitar nas metas de consumo realistas. O planejamento financeiro empresarial é o suporte fundamental na sobrevivência da organização. Através de metodologias de controle, com destaque aqui para o fluxo de caixa, os administradores gerenciam e aplicam seus recursos de forma confiável no alcance de seus objetivos. Como resultado, o planejamento financeiro é capaz de transformar o indivíduo em um excelente administrador de seu dinheiro ou da organização em que está inserido.

Palavras-chave: Planejamento financeiro. Benefícios. Projeções futuras.

1 INTRODUÇÃO

Estamos num período em que as instabilidades de mercado e as crises econômicas e financeiras são constantes e afetam diretamente a vida do indivíduo ou da organização. Assim, controlar e planejar as finanças é de fundamental importância para a sustentabilidade de uma empresa ou família.

Inicialmente, a pesquisa procura destacar a importância do planejamento financeiro no contexto familiar, pois saber administrar seus próprios recursos é passo importante para uma futura administração profissional. No que tange ao planejamento financeiro empresarial, cabe mencionar importantes metodologias que proporcionam confiabilidade no gerenciamento e aplicação dos recursos, com destaque para o fluxo de caixa, um dos controles financeiros mais conhecido e adotado pelos administradores.

Nas linhas que seguem serão citadas as funções do planejamento financeiro familiar e empresarial, além de abordar a definição e a relevância do controle de fluxo de caixa como instrumento de gestão na tomada de decisões e projeções futuras.

2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Nesta nova realidade mundial, o consumismo passou a fazer parte significativa do contexto social. Pode-se perceber que até pouco tempo atrás as pessoas se dedicavam expressivamente em adquirir bens, planejar o futuro, poupar suas economias a fim de resguardar uma vida tranquila em sua aposentadoria. Os pais passavam a maior parte do tempo trabalhando para garantir comodidade aos seus filhos. E, de certa forma, planejando e administrando sua vida

financeira.

Hoje, grande parte desta nova geração mudou sua visão a respeito, a sociedade em si não tem mais essa preocupação com o futuro, todos querem realmente viver o momento. A globalização e o conceito capitalista transformaram a mente humana em “etiquetas de mercado”, onde o principal objetivo é consumir. Independente da região ou classe social, todos se tornaram escravos deste conceito, e o planejamento financeiro é, sem dúvida, algo que não soa de forma agradável aos ouvidos desta geração.

Diante disso, é notável como a sociedade perde o controle de suas finanças, seja num contexto familiar ou organizacional, tendo como consequência crises financeiras irreparáveis, levando tempo significativo para sua recuperação. Surgem então ferramentas que podem auxiliar tanto um grupo familiar como uma organização na administração de seu dinheiro, além dos vários benefícios resultantes de tais aplicações.

2.1 A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO FAMILIAR

Para dissertar sobre a importância do planejamento financeiro empresarial, cabe inicialmente destacar a sua relevância na vida familiar, visto que o planejamento financeiro familiar pode ajudar as famílias no papel de formadoras de indivíduos críticos e socialmente livres e independentes.

Além disso, através de um planejamento é possível estabelecer metas de consumo realistas e planejar aquisições de médio e longo prazo, ou ainda, investir em algo de significativo retorno, como educação, moradia própria ou lazer. Assim, devem-se estabelecer prioridades de gastos, ver o que realmente é necessário investir ou adquirir e, acima de tudo, controlar aquilo que se ganha e o que se gasta.

Conforme Teixeira (2005, p. 84), “o consumismo desenfreado pode ser prejudicial ao orçamento doméstico”, pois as necessidades básicas são deixadas de lado, dando espaço para o acúmulo de coisas supérfluas e que não possuem significativa necessidade de consumo familiar. Quando se apercebem, acabam adquirindo dívidas e apelando para empréstimos e financiamentos. Com isso, adquirem ainda mais problemas, com as elevadas taxas de juros de tais recursos.

Cabe salientar, porém, que o importante é organizar os gastos antes mesmo de uma eventual crise financeira, pois muitos somente notam a relevância de se planejar quando veem suas condições financeiras abaladas, o que contribui para os desentendimentos familiares e conflitos sociais.

De acordo com Ross, Westerfield e Jaff (1995, p. 525), “O planejamento financeiro formaliza o método pelo qual as metas financeiras tanto da empresa quanto das famílias devem ser alcançadas”. Assim, torna-se visível a importância de se realizar orçamentos, e assim como em uma empresa, registrar as receitas (entradas) e despesas (saídas), para enfim se ter certeza de como e quando consumir. Nessa nova realidade, ser um administrador dentro de seu próprio lar já não é mais uma questão de escolha, mas uma necessidade.

2.2 PLANEJAMENTO FINANCEIRO EMPRESARIAL

Assim como é necessário administrar nossas próprias finanças, o planejamento financeiro dentro de uma organização é motivo de grande atenção nessa nova esfera mundial. Nos dias atuais, tornou-se rotineira a abertura de empresas, e, em curto prazo de tempo, o fechamento delas. E isto é consequência da ingenuidade na administração e falta de planejamento dos seus organizadores.

Neste sentido, o planejamento financeiro torna-se ferramenta indispensável na sobrevivência das empresas, através de uma metodologia em que os organizadores possam gerenciar e aplicar seus recursos de forma confiável, alcançando os objetivos (sejam eles em curto ou longo prazo) de lucratividade e estabilidade financeira.

Nesta linha de pensamento, Cherry (1997, p. 35) destaca:

O planejamento financeiro ajuda a garantir a disponibilidade de fundos suficientes quando necessários, informa com antecedência as necessidades de fundos, de maneira que as negociações sejam eficientes e aumentem as possibilidades de rendimentos.

O planejamento financeiro empresarial deve ser analisado criteriosamente e formulado pelos mais diversos departamentos da organização, visto que todos os setores inseridos nela estão ligados indireta ou diretamente nas finanças da empresa e sua administração, ou não podem levar ao fracasso ou sucesso, respectivamente.

2.3 FLUXO DE CAIXA

As organizações, por sua vez, podem contar com ferramentas de auxílio em seu controle financeiro. Neste sentido, cabe destacar o significado e a importância do fluxo de caixa no processo de gestão para a saúde da empresa e que demonstra as movimentações ocorridas e possíveis de ocorrer nas finanças da empresa.

Berti (1999, p. 38) definiu fluxo de caixa da seguinte forma:

O fluxo de caixa é um instrumento administrativo que registra (relaciona) as entradas e saídas de recursos provenientes das atividades de uma empresa, num período de tempo. A partir do momento em que se elabora o fluxo, é possível detectar com antecedência o

volume de recursos necessários para a empresa, possibilitando evitar escassez ou excedentes.

A globalização, bem como a padronização do sistema capitalista, proporcionaram e ainda proporcionam grandes instabilidades de mercado, o que exige das organizações demonstrativos financeiros de fácil compreensão e que possam transmitir de forma precisa, clara, objetiva e em curto espaço de tempo, as informações para a tomada de decisões.

Neste contexto, nota-se a relevância de se ter posse de um fluxo de caixa. O mesmo pode ser descrito como uma ferramenta de fácil compreensão e que possibilita informar e conseqüentemente conhecer as entradas e saídas de um determinado período de tempo, e que proporcionará uma visão das atividades desenvolvidas nesta organização.

A estrutura do fluxo de caixa deve ser composta de: valor total de todas as vendas executadas (receitas) do período a ser informado (mensal ou semanal); volume financeiro do faturamento (vendas); custos e/ou despesas variáveis conforme variações no volume de produção ou outra atividade e, por fim, valores dos custos e despesas fixas que não se alteram, independente das variações da atividade ou das vendas.

Para se ter uma visão mais clara de como é formulado o fluxo de caixa, segue modelo oferecido pelo Sebrae (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) de um fluxo de caixa semanal. Porém, compete a cada organização definir o seu padrão e suas peculiaridades, de forma que possa atender às suas necessidades:

FIGURA 1 – MODELO DE FLUXO DE CAIXA

Datas Dia	/ / Segunda-feira	/ / Terça-feira	/ / Quarta-feira	/ / Quinta-feira	/ / Sexta-feira	/ / Sábado	/ / Domingo	/ / Segunda-feira
Saldo do Caixa	-	52,00	89,00	116,00	123,00	129,00	96,00	132,00
Recebimentos	60,00	45,00	35,00	35,00	50,00	55,00	80,00	
Vendas	20,00	45,00	35,00	35,00	50,00	55,00	80,00	
Outros recebimentos	40,00							
PAGAMENTOS	8,00	8,00	8,00	28,30	44,00	88,00	44,00	
Prolabore						80,00		
Vale transporte	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00		
Telefone					36,00			
Fornecedor A				20,00				
Fornecedor B								
Fornecedor C		500,00						
Outros fornecedores		15,00					40,00	
Aluguel							4,00	
Contador								
Empréstimo								
Juros								
Salários								
Outros Pagamentos	52,00	37,00	27,00	7,70	6,00	(33,00)	36,00	
Saldo do Dia								

FONTE: Administração – MPE

Nota-se, portanto, que todas as informações ligadas à área financeira, tais como: compras, vendas, pagamentos de funcionários, energia elétrica, água, aluguéis, enfim, todas as entradas e saídas devem ser registradas e acompanhadas frequentemente; caso contrário, o fluxo de caixa não poderá ser utilizado como um instrumento de controle financeiro. Daí a importância de seus administradores serem pessoas dinâmicas e empreendedoras, dispostas e comprometidas com o bem-estar da organização.

Com o fluxo de caixa formulado e atualizado, os administradores podem planejar suas finanças e fazer projeções às suas empresas. Conforme já foi mencionado, existem as despesas fixas, que devem ser liquidadas continuamente (geralmente são despesas mensais), e também em momentos específicos há eventuais despesas para serem efetuadas. O fluxo de caixa fornece essa projeção futura acerca de quando e de quanto será tal execução.

Pela análise do fluxo de caixa é possível ver ainda a existência de futuros valores disponíveis em caixa, que poderão ser investidos para aquisições de bens, melhorias em infraestrutura da empresa, comodidade e investimentos no atendimento e satisfação dos clientes, *marketing* e/ou

ainda forma de benefícios aos funcionários. Enfim, eficiência e eficácia vinculadas ao fluxo de caixa são instrumentos essenciais de gestão.

Conforme mencionado por Silva (2005, p. 13):

Para o fluxo de caixa tornar-se referência de gestão, é necessário que seja possível: mensurar o efeito resultante entre as decisões gerenciais e o nível de liquidez; aumentar o horizonte de projeção, consequentemente aumentar uma visão futura da empresa; acompanhar os processos vigentes, bem como fazer uma revisão contínua desses processos no caso de eventuais mudanças nos negócios.

Assim, os administradores devem, primeiramente, conscientizar-se da importância de se fazer uso de um fluxo de caixa, para colocá-lo em prática e explorar seus benefícios. Pois de nada adianta sua elaboração, sua precisão, caso não venha a ser utilizado como ferramenta de apoio de gestão. Cabe aos administradores fazer uso destes para a busca de resultados e crescimento da empresa, mantendo-a alinhada com os objetivos e metas estipuladas.

Enfim, cabe a cada administrador

utilizar-se das mais diversas ferramentas de apoio para contribuição no conhecimento de suas atividades, sejam elas no ambiente profissional ou pessoal. Fazer uso de informações claras e transparentes é, sem dúvida, o alicerce para o sucesso e o alcance de resultados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho identifica-se a importância do planejamento e controle financeiro, seja no contexto familiar ou empresarial, bem como a considerável ferramenta de gestão do fluxo de caixa. Conclui-se, portanto, as vantagens de tais planejamentos na vitalidade financeira e alcance de metas e objetivos.

No contexto familiar, o planejamento financeiro, além de contribuir para a formação de indivíduos críticos e socialmente livres e independentes, auxilia a família a organizar e estabelecer metas de consumo realistas, o que oferece possibilidades de investimento na qualidade de vida e bem-estar do indivíduo.

Na esfera empresarial, identificou-se que o planejamento financeiro é a base para a sobrevivência das organizações, e que utilizar ferramentas administrativas de controle financeiro proporciona agilidade e eficácia na aplicação de recursos. Concluímos ainda que o fluxo de caixa é um importante instrumento de gestão, nele estão contidas todas as informações voltadas às finanças da empresa, o que contribui para a tomada de decisões e projeções futuras à luz dos resultados.

REFERÊNCIAS

ADMINISTRAÇÃO – MPE. **A importância do fluxo de caixa nas MPEs – Parte II.** Disponível em: <http://administracaodempe.blogspot.com.br/2012/02/importancia-do-fluxo-de-caixa-nas-mpes_26.html>. Acesso em: 6 dez. 2013.

BERTI, Amélio. **Análise do capital de giro: teoria e prática.** São Paulo: Ícone. 1999.

CHERRY, Richard T. **Introdução à administração financeira.** São Paulo: Atlas, 1977.

ROSS, Stephen A; WESTERFIELD, Randolph W; JAFFE, Jeffrey F. **Administração financeira.** São Paulo: Atlas, 1995.

SILVA, Ernesto José da; MOROZINI, João Francisco. **Fundamentos e técnicas de pesquisa em contabilidade.** São Paulo: All Print, 2005.

TEIXEIRA, Karla Maria Damiano. **A administração dos recursos na família: Quem? Como? Por quê? Para quê?** Viçosa: Ed. UFV, 2005.

A EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE E A CONTRIBUIÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GERENCIAL

Seila Pereira Patrício Kurtz¹

Nádia Nara de Godoy²

Faculdade Metropolitana de Rio do Sul – FAMESUL

Bacharelado em Ciências Contábeis (CTB 0072) – Prática do Módulo IV

04/07/2013

RESUMO

O sistema contábil existe desde as épocas mais remotas, o único diferencial é que era usado de forma simplificada, muito diferente do sistema contábil da atualidade. A partir da inovação com o método das partidas dobradas, ficou bem mais fácil para as empresas analisarem seu patrimônio e os bens que possuíam, porém fez-se necessário que livros fossem adotados como medida obrigatória no auxílio das escriturações das atividades realizadas pela empresa. Em um primeiro momento, esse método foi muito prático, mas havia um problema. Conforme as riquezas e o patrimônio da empresa aumentavam, assim como suas obrigações e direitos, ficava cada vez mais difícil ter um controle absoluto de todas as escriturações nos livros. Ou seja, ao se perder os controles dos livros, ficavam para trás certas contas a receber, ou obrigações a cumprir, assim como lançamentos não feitos. Para resolver este impasse, a solução encontrada foram os sistemas de informações gerenciais, que garantem maior rapidez e eficácia na escrituração, agora informatizada. Por meio deste trabalho podem-se notar os benefícios trazidos pelos sistemas de informações gerenciais das empresas de modo geral. Para isto foi realizada pesquisa em livros de vários autores que se referiam ao tema. Não se pode deixar de notar que esse sistema traz diferenciação para a empresa e auxilia nas atividades e decisões que precisam ser tomadas. Desse modo, os pontos positivos trazidos pelo sistema são muito maiores que os negativos. É o método mais recomendável para as empresas que visam à organização e eficiência nas suas atividades.

Palavras-chave: Contábil. Empresa. Sistema.

1 INTRODUÇÃO

É dada a introdução ao trabalho da disciplina de Ciências Contábeis, cujo principal objetivo é a comparação no que diz respeito à contabilidade e seus atuais recursos e sistemas. Sabe-se que a contabilidade faz parte do cotidiano das empresas e do comércio atual, porém, para que determinada entidade seja bem-sucedida no que diz respeito ao faturamento, é necessário que se conheçam os sistemas de informações e suas funções, para que, por meio deles, se possa ter uma boa relação comercial com seus

clientes, investidores e todos os interessados.

O objetivo principal do presente trabalho é mostrar o início da história da contabilidade, a mudança ocorrida na escrituração contábil e a importância dos sistemas de informação inseridos na contabilidade para as entidades e empresas atualmente. Será feita uma relação da contabilidade primitiva ou antiga, comparando com os métodos modernos de escrituração, demonstrando como ficou mais fácil e rápida a negociação e troca de informações com os clientes.

¹ Graduanda do curso de Ciências Contábeis. UNIASSELVI – Centro Universitário Leonardo da Vinci. Polo Presencial FAMESUL – Rio do Sul. E-mail: seilapatricio@hotmail.com

² Tutora externa do curso de Ciências Contábeis. UNIASSELVI – Centro Universitário Leonardo da Vinci. Polo Presencial FAMESUL – Rio do Sul. E-mail: nadia_nara@hotmail.com

2 CONTABILIDADE

A contabilidade está presente em todos os momentos de nossa vida, ela pode ser utilizada por qualquer pessoa (física ou jurídica) que deseja, por exemplo, mensurar seus gastos e ganhos, ou seja, suas finanças, para a partir daí tomar certas decisões. Na verdade, citando Gitman (2010, p. 9), “as atividades de finanças e contabilidade estão muito ligadas e se sobrepõem, o que torna difícil distinguir uma da outra, porém se podem destacar duas diferenças básicas entre finanças e contabilidade, que são a ênfase nos fluxos de caixa e a tomada de decisões”.

Conforme Tessari (2010), a origem da contabilidade data de tempos remotos. Na verdade, ela possui tanto tempo quanto o surgimento da humanidade e já era utilizada, em forma rudimentar, pelo homem primitivo, sendo que o registro dos bens ou rebanhos que este possuía era associado proporcionalmente com o mesmo número de pedras. Contava-se uma pedra para cada animal e dessa maneira era quantificado o seu patrimônio. A contabilidade moderna foi consolidada por Frei Luca Pacioli, que publicou em 1494 um tratado que ainda hoje é utilizado, o método das partidas dobradas. Este método não foi inventado, mas apenas descrito por ele, pois era um método já utilizado na Itália.

A contabilidade evoluiu bastante e tornou-se muito útil na tomada de decisões. Eis um conceito geral de contabilidade:

Ciência (ou técnica, segundo alguns) que estuda, controla e interpreta os fatos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a revelação desses fatos, com o fim de oferecer informações sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial. (FRANCO apud TESSARI, 2010, p. 5).

Na mesma linha de pensamento, para Tessari (2010, p. 5), “a contabilidade nada mais é do que um instrumento que tem a finalidade de planejar e controlar o patrimônio das entidades (pessoas físicas e jurídicas), com o objetivo de gerar informações para subsidiar a tomada de decisões”.

A contabilidade se divide em diversas áreas. Uma delas, muito importante para as sociedades comerciais, é a contabilidade comercial, por fazer parte do cotidiano das empresas. Para Ludícibus e Marion (2010), contabilidade comercial pode ser definida como sendo o ramo contábil aplicado ao estudo e controle do patrimônio das empresas comerciais, para desse modo poder oferecer-lhes informações sobre sua composição e variações, bem como o resultado procedente da atividade mercantil, observando os elementos mais importantes envolvidos no quadro econômico em que se encontra o patrimônio da empresa, analisando seus lucros/perdas e custo das mercadorias vendidas, as quais envolvem muito mais do que apenas o valor da compra.

Para que se possa fazer a escrituração contábil das sociedades comerciais é necessário que se faça uso de alguns livros, alguns dos quais são obrigatórios, nos quais serão registradas as operações referentes às atividades dessas sociedades. O primeiro e obrigatório, segundo Kowalski (2011), é o livro diário, onde são registradas todas as operações que ocorreram no dia, em ordem cronológica, com individualização, clareza e caracterização do documento respectivo. Sempre no termo de abertura e encerramento do Livro Diário é necessário que conste a finalidade do livro, o número de ordem, de folhas, o nome do estabelecimento ou empresa a que pertence, número e data de arquivamento dos atos constitutivos no órgão de registro do comércio e o número de registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

Kowalski (2011) ainda afirma que há

outros livros, mesmo que facultativos, que são necessários na empresa para maior exatidão e rapidez nas informações. São eles: Livro Razão – individualização das contas do Livro Diário, ou seja, este evidencia cada conta separadamente, facilitando assim a verificação de saldos e a procura por determinados valores. Ele é considerado o razeiro da conta contábil; Livro Caixa: que registra a movimentação de dinheiro na empresa, considerado indispensável independente do tamanho que a empresa possui; Livro de Contas a Pagar e Contas a Receber: usado para maior controle das contas a pagar e a receber da empresa. No entanto, muitas empresas, na maioria, já possuem tais livros em meio eletrônico. Há tempo as pequenas empresas faziam uso de cadernetas e cadernos para controle do Livro Caixa e das Contas a receber e Contas a Pagar, o que provocava maior número de erros no saldo do caixa, como falta de pagamento, falta de cobrança etc. Por outro lado, as operações eletrônicas facilitam o trabalho do contador e contribuem para maior eficiência e eficácia.

3 CONTABILIDADE GERENCIAL

Outra importante área da contabilidade nas empresas é a Contabilidade Gerencial, cuja atenção está voltada para o tratamento dos custos da empresa, visando ao aumento do lucro e controle das despesas. A contabilidade gerencial proporciona diversas informações, ajudando assim seus gestores a tomarem decisões relativas à produção, vendas, orçamentos, planejamentos etc.:

A Contabilidade Gerencial pode ser considerada como um sistema de informação destinado a auxiliar seus usuários no processo de tomada de decisões. Desde a antiguidade, com as transações ocorridas em organizações remotas, com demanda de produtos de troca, já eram conhecidos controles gerenciais simples, que atendiam às necessidades das informações daquela época. Com a Revolução Industrial,

houve um desenvolvimento na prática da Contabilidade Gerencial, devido à necessidade das organizações buscarem um aperfeiçoamento em suas informações para obter uma melhor administração e um eficiente controle em seus negócios. (FIGUEIREDO; CAGGIANO apud COSTA; TESSARI, 2009, p. 38).

Na busca de maior controle e melhor uso das informações e armazenamento de dados da empresa e para um melhor suporte desta, surge então o que chamamos de sistemas de informação, sistemas que surgiram para melhorar a assistência à contabilidade dos custos das empresas e ajudar na tomada de decisões.

Um bom sistema de informações em funcionamento contribui para se garantir usuários internos e externos da empresa satisfeitos. Para Costa e Tessari (2009, p. 61), “o conceito de informação está relacionado, em poucas palavras, à busca pela redução da incerteza. Esta busca ganha importância quando tratamos da obtenção de conhecimento, para uso na orientação da ação a ser tomada no processo de tomada de decisão”. Eles continuam defendendo a ideia de Pereira e Fonseca (2009, p. 61), que definem Sistemas de Informação como “(...) mecanismos de apoio à gestão, desenvolvidos com base na tecnologia de informação e com o suporte da informática, para atuar como condutores das informações que visam facilitar, agilizar e otimizar o processo decisório nas organizações”.

Sistema de Informação é o processo de transformação de dados em informações. Quando esse processo está voltado para a geração de informações que são necessárias e utilizadas no processo decisório da empresa, diz-se que esse é um sistema de informações gerenciais. (OLIVEIRA apud TESSARI; COSTA, 2009, p. 61)

Em outra definição vemos que:

Sistema de Informação é a combinação de um conjunto de dados sobre os quais se aplica determinada rotina de trabalho, e parte dos dados entra no sistema de forma articulada; eles se encontram com outros conjuntos de dados e/ou tabelas mantidos em arquivo, gerando informações, que podem ser: demonstrações contábeis, relatórios administrativos e gerenciais, listagens, gráficos de atividades, mapas, demonstrativos de desempenho e análises comparativas. (PADOVEZE apud TESSARI; COSTA, 2009, p. 61).

Nas palavras de Diógenes (2006, p. 4), “os sistemas de informação são definidos como um conjunto que agrupa recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros agregados segundo uma sequência lógica para o processamento dos dados e a correspondente tradução em informações”.

Alguns dos elementos que compõem a estrutura de um sistema de informações são os dados que compõem o conjunto de observações, que representam a matéria-prima; já a informação, por sua vez, nada mais é do que um dado processado de uma forma significativa para o usuário e que tem um valor real; e, para finalizar, o processamento é o processo de transformação do dado em informação.

Em sua linha de raciocínio, Diógenes (2006) ainda acrescenta que os sistemas de informações computadorizadas absorvem tarefas e procedimentos dos sistemas manuais: classificação, cálculos etc. Vale ressaltar que cada vez mais se acentua a substituição dos sistemas manuais por sistemas computadorizados.

Já para Padoveze (2009), define-se sistema como o complexo de elementos em interação, ou ainda, um conjunto de elementos independentes ou um todo organizado, partes que interagem formando um todo unitário e complexo. Para ele, os sistemas se dividem em sistemas abertos, que se caracterizam

pela interação com o ambiente externo, suas entidades e variáveis; e sistemas fechados, que não interagem com o ambiente externo. As empresas funcionam como um sistema aberto, bem como os sistemas de informações, pois há um processo de interação com o ambiente. A respeito dos sistemas, Padoveze (2009) comenta que os elementos básicos que os compõem são os seguintes: objetivos do sistema, ambiente do sistema ou processamento, recursos ou as entradas do sistema, componentes do sistema, administração ou controle e avaliação do sistema. Para definir Sistemas de Informação, o autor resume que este é como um conjunto de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros agregados segundo uma sequência lógica para o processamento dos dados e tradução em informações, para, com seu produto, permitir às organizações o cumprimento de seus objetivos principais. Os elementos de um sistema de informação são: objetivos totais do sistema; ambiente do sistema; recurso do sistema; componentes do sistema; administração do sistema; saídas do sistema.

A própria contabilidade nasceu sob a arquitetura de sistema informacional. Assim, o sistema contábil é apresentado como um grande sistema de informação dentro da organização, atendendo com excelência aos aspectos operacionais e táticos com informações bem estruturadas.

Os principais objetivos de um sistema de informação contábil são: apresentar informações monetárias e não monetárias às atividades e decisões de todos os níveis da empresa e também para os usuários da mesma e constituir-se peça fundamental do sistema de informação gerencial da empresa.

Na demonstração de Eichstaedt e Degenhardt (2008), podemos observar que os sistemas de informações gerenciais não são apenas mais um modismo de administração, mas algo sólido que pode se tornar um pilar para o sucesso da empresa,

pois com esse sistema o gestor pode se firmar em uma base sólida e confiável de administração para a coleta de informações e tomada de decisões possíveis, com o objetivo de sempre maximizar os benefícios e a lucratividade da empresa. Esse sistema permite também avaliar e reconsiderar as decisões já tomadas, comparando com os padrões exigidos pela empresa para obter uma melhor fase decisória.

Os sistemas de informações gerenciais compõem o conjunto de dados que, transformados em informações organizadas e estruturadas, podem dar suporte ao processo decisório da empresa, dando um enfoque administrativo para aprimoramento dos resultados esperados. Os sistemas de informações gerenciais tornaram-se indispensáveis, pois na maioria das empresas que utilizam algum sistema informatizado existem muitos dados que estão à disposição dos usuários, mas que para satisfazerem às necessidades dos gestores precisam passar por um processo de conversão, tornando-se efetivamente informações úteis.

Os sistemas de informação fazem parte da vida cotidiana das empresas, como dizem Magalhães e Gedres (2008), pois estes têm como objetivo a resolução dos problemas organizacionais internos e a preparação para enfrentar as tendências da crescente competitividade de mercado. A necessidade de se possuir um Sistema de Informações na empresa surgiu devido ao grande volume de informações que possui, sendo que este sistema propicia uma visão das decisões, fazendo com que a empresa garanta um grande diferencial em relação aos concorrentes, conseqüentemente seus gestores terão como tomar decisões mais rápidas e seguras. O sistema de informação gerencial dá suporte ao planejamento, controle e organização da empresa, fornecendo informações seguras e em tempo hábil.

Os benefícios trazidos pelo uso de um bom sistema de informações podem ser muito

bons para as empresas, benefícios tais como: redução dos custos das operações, melhoria no acesso às informações (relatórios mais precisos e rápidos com menos esforço) e melhoria na produtividade. Os sistemas de informações são um importante instrumento no processo decisório e só agregam benefícios à gestão empresarial, pois possibilitam um acompanhamento das rotinas econômico-financeiras, proporcionando, desse modo, uma vista segura da organização e uma melhor alocação de investimentos, fazendo disso um grande diferencial para a empresa. Contribuem também para o fortalecimento do plano de atuação da empresa, garantindo uma estruturação de gestão diferenciada, o que resulta em vantagem competitiva sobre as demais organizações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após estudo dos benefícios trazidos pelo uso do sistema de informações, conclui-se que este é indispensável no que se refere ao bom andamento e organização da empresa, pois permite que se analisem dados e informações de maneira muito mais eficiente do que com o método normal de escrituração apenas nos livros, além de garantir um diferencial para a empresa.

Desse modo, o sistema permite que a empresa esteja bem mais preparada para a tomada de decisões, sem contar a economia de papéis, conseguindo agilizar sempre que necessário as atividades propostas. Esse estudo contribuiu para o conhecimento da função dos sistemas de informações dentro da empresa e mostrou como o sistema contábil está integralmente ligado a ele, fazendo com que esteja bem mais estruturado e confiável. Como pôde ser observado, há autores que afirmam que o sistema contábil é, por si próprio, um sistema de informações, mas que, complementado por um sistema de informações gerencial bem estruturado, pode tornar-se importante instrumento na rotina de tomada de decisões de uma empresa.

Observa-se também que muitas empresas e comércios atualmente fazem uso de um sistema de informações que os ajudem no controle de seus estoques, contas a receber, contas a pagar etc., o que ajuda a empresa a estar sempre certa de suas obrigações e direitos e sempre um passo à frente daquelas que não possuem um sistema de informações bem-sucedido.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Contabilidade intermediária: textos, exemplos e exercícios resolvidos**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

COSTA, Edson Ivan da; TESSARI, Osir Afonso. **Sistemas de informações contábeis**. Indaial: Ed. Grupo UNIASSELVI, 2009.

DIÓGENES, Antônia Danyelle Batista. **A importância da informática na contabilidade**. Portal Contábeis, 2006. Disponível em: <<http://www.contabeis.com.br/.../a-importancia-da-informatica-na-contabilidade/>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

EICHSTAEDT, John F.; DEGENHARDT, Toni Edio. **Sistema de informação gerencial: sistemas de informações gerenciais**, 2008. Disponível em: <http://www.ceavi.udesc.br/.../john_frank_eichstaedt_toni_edio_degenhardt.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2013.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade comercial: atualizado conforme Lei n. 11.638/07 e Lei n. 11.941/09**. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KOWALSKI, Fabio Darci. **Contabilidade Comercial**. Indaial: Ed. Grupo UNIASSELVI,

2011.

MAGALHÃES, Keli Dayana Martins; GEDRES, Carlos Alberto Pouey. **Tópicos emergentes do sistema de informação gerencial**, 2008. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/.../sistema-de-informacao-gerencial/23741/>>. Acesso em: 5 jun. 2013.

PADOVEZE, Clovis Luís; **Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análise**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PEREIRA, Maria José Lara de Bretas; FONSECA, João Gabriel Marques. **Faces da decisão: abordagem sistêmica do processo decisório**. São Paulo: LTC, 2009.

TESSARI, Osir Afonso. **Contabilidade básica**. Indaial: Ed. Grupo UNIASSELVI, 2010.

BALANÇO SOCIAL: UMA FERRAMENTA, UMA RESPONSABILIDADE SOCIAL DE UMA ORGANIZAÇÃO

Israel Pereira Nogueira¹

Diana Cláudia Freire²

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI
Ciências Contábeis (CTB 0043) – Prática do Módulo I

RESUMO

O objetivo do presente artigo é demonstrar a importância do Balanço Social como uma ferramenta gerencial e instrumento de responsabilidade social de uma determinada organização empresarial para com a sociedade. Possibilita ainda a apresentação da transparência dos serviços de tal organização, criando de certa forma um elo entre a mesma, os funcionários, consumidores, comunidade, meio ambiente, governo e sociedade. Logo, se torna claro que os reais interesses e compromissos da organização que o adota não são apenas o lucro próprio, mas, sim, o bem geral de toda uma sociedade. Ainda reunirá um conjunto de informações e dados qualitativos e quantitativos sobre as políticas administrativas, que poderão ser examinados conforme a necessidade de cada usuário, tornando-se um instrumento de controle, de auxílio para as tomadas de decisões futuras.

Palavras-chave: Balanço Social. Ferramenta Gerencial. Responsabilidade Social.

1 INTRODUÇÃO

O Balanço Social possui um papel significativo nas organizações empresariais. É um instrumento contábil publicado anualmente, que reúne um conjunto de informações referentes às atividades desenvolvidas por tais organizações em promoção humana e social.

Balanço Social é um instrumento que, quando bem elaborado, é capaz de explicar qual é a visão da empresa, das pessoas e da vida no universo, evidenciar os princípios, caráter, responsabilidade e valores da organização empresarial diante da sociedade, seja ela interna, com seus funcionários, ou externa, interagindo com meio em que está inserida.

O presente artigo tem a finalidade de relatar a imensa importância desse instrumento contábil para as organizações empresariais, focando sua responsabilidade social, valor agregado, sua ética e transparência, como instrumento de gestão, avaliação e análise, como uma forma de conhecer e avaliar os riscos e as projeções de uma determinada empresa.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 BALANÇO SOCIAL

Ao longo dos anos, por meio de estudos e análises de organizações com o ambiente, tornou-se cada vez mais claro que uma organização empresarial deve levar

¹ Graduando do curso de Ciências Contábeis. UNIASSELVI – Centro Universitário Leonardo da Vinci. Polo Presencial FAROL – Rolim de Moura. *E-mail:* israelnogueira3@hotmail.com

² Tutora externa do curso de Ciências Contábeis. UNIASSELVI – Centro Universitário Leonardo da Vinci. Polo Presencial FAROL – Rolim de Moura. *E-mail:* dianafreire2004@hotmail.com

em conta vários fatores que representem de forma transparente seus reais interesses e sua visão da comunidade da qual faz parte. É a partir desse pressuposto que surge uma importante ferramenta de avaliação e análise, o Balanço Social.

De acordo com o BNDES (2013), o Balanço Social é o nome dado à publicação de um conjunto de informações e de indicadores dos investimentos e das ações realizadas pelas empresas no cumprimento de seu papel social junto aos funcionários, governo e para com a comunidade com a qual interage.

Já Ethos (2013, p. 84) destaca que:

Balanço Social é um meio de dar transparência às atividades corporativas, de modo a ampliar o diálogo da organização com a sociedade. [...] É também uma ferramenta de gestão da responsabilidade social, pela qual a empresa entende de que forma sua gestão atende à sua visão e a seus compromissos estabelecidos em relação ao tema da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), e em direção à Sustentabilidade.

O Balanço Social possibilita às empresas a demonstração dos elementos que a cercam ou que contribuem para sua existência, incluindo o meio ambiente natural, a comunidade, a economia local e recursos humanos. Visa dar conhecimento das atividades desenvolvidas, ações empresariais ou que tenham impactos não apenas no desenvolvimento financeiro, mas também na relação capital-trabalho e na geração ou não de riquezas e bem-estar para a sociedade.

Segundo Ethos (2013, p. 213), “a publicação de um Balanço Social oferece uma proposta de diálogo com os diferentes públicos envolvidos no negócio da empresa que o adota: público interno, fornecedores, consumidores, clientes, comunidade, meio

ambiente, governo e sociedade”.

Neste mesmo sentido, conforme Ethos (2013, p. 82): “A posposta é de que o relatório contenha informações sobre o perfil do empreendimento, histórico da empresa, seus princípios e valores, governança corporativa, diálogo com partes interessadas e indicadores de desempenho econômico, social e ambiental.”

O Balanço Social, além de ser uma importante ferramenta de demonstração de responsabilidade social, possibilita ainda ser um instrumento de *marketing*, pois através dele a sociedade passa a conhecer a organização empresarial e seu funcionamento, os campos em que atua, as áreas em que possui os principais investimentos, e a divulgação dos produtos produzidos por tal organização.

Ao se levar em conta o grande número de pessoas que a publicação do Balanço Social atinge por meio da mídia – jornais, revistas, rádio, televisão, internet –, logo o custo do Balanço Social é pouco significativo para uma empresa que pretende expandir seus investimentos em nível mundial.

Segundo Tinoco (2001, p. 36), “nos países onde o capitalismo está mais desenvolvido, várias empresas já vêm consagrando o Balanço Social como instrumento de gestão e de informação”.

A importância do Balanço Social é algo tão significativo que, em 1988, para estimular a participação de um maior número de corporações, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) lançou o Selo Balanço Social IBASE/Betinho.

O selo foi conferido anualmente a todas as empresas que publicam o Balanço Social, *sítes* e campanhas publicitárias que investem em educação, saúde, cultura, esportes e meio ambiente.

O selo Balanço Social IBASE/Betinho demonstra que a empresa já deu o primeiro passo para tornar-se uma verdadeira empresa-cidadã, comprometida com a qualidade de vida dos funcionários, da comunidade e do meio ambiente; apresenta publicamente seus investimentos internos e externos através da divulgação anual do seu Balanço Social.

Atualmente, o IBASE suspendeu o Selo do Balanço Social IBASE/Betinho, que está em fase de avaliação e reformulação.

FIGURA 1 – SELO BALANÇO SOCIAL IBASE/BETINHO



FONTE: Balanço Social (2013)

2.2 EMPRESAS QUE RECEBERAM SELO BALANÇO SOCIAL IBASE/BETINHO 2007

As empresas abaixo receberam o direito de utilizar o Selo Balanço Social IBASE/Betinho após publicarem seus balanços sociais em 2006 no modelo sugerido pelo IBASE, cumprindo todos os critérios de divulgação estabelecidos por este instituto e passarem por consulta pública por 60 dias.

O Selo Balanço Social IBASE/Betinho permite às empresas expor em seus produtos, anúncios, *sites* e campanhas publicitárias, que possuem investimentos em áreas de caráter social e ambiental. Demonstra ainda que a empresa tem entre seus objetivos exercer um verdadeiro papel de entidade cidadã, ganhando de seus consumidores uma confiança maior.

2.3 INÍCIO DO BALANÇO SOCIAL

Balanço Social talvez não seja a expressão ou nomenclatura mais apropriada, pois nos passa um sentido diferente do que realmente significa.

Segundo Kroetz (2000, p. 77), o Balanço Social tem “sua origem do termo latim *bilancis* (*bi* = dois; *lancis* = pratos de balança), desta forma não representa a noção de equilíbrio, significando apenas um relatório de prestação de contas para com a sociedade”.

No entanto, tal ferramenta já possui divulgação e aceitação em nível mundial. Assim, ao se referir a Balanço Social, utiliza-se a nomenclatura convencional, mesmo que para alguns autores a expressão mais correta seria Relatório de Informação Social.

O histórico do IBASE (2013, p. 2) relata o início do Balanço Social:

Desde o início do século XX registraram-se manifestações a favor deste tipo de comportamento. Contudo, foi somente a partir dos anos 60, nos Estados Unidos da América, e no início da década de 70 na Europa, particularmente na França, Alemanha e Inglaterra, que a sociedade iniciou uma cobrança por maior responsabilidade social das empresas e consolidou-se a própria necessidade de divulgação dos chamados balanços ou relatórios sociais.

A sociedade em geral presenciava grandes acontecimentos históricos, tais acontecimentos fizeram com que a sociedade exigisse das organizações uma postura moral e ética maior perante os cidadãos. A partir de então surgem as primeiras informações de caráter social referentes às relações das entidades com a comunidade em geral.

2.4 OBJETIVOS DO BALANÇO SOCIAL

É evidente que o Balanço Social é

uma ferramenta que torna as atividades de uma determinada organização transparentes perante a sociedade. Contudo, o objetivo do Balanço Social vai além de uma ferramenta de demonstração de atividades.

Kroetz (2000, p. 79) entende que:

A contabilidade tem entre seus objetivos refletir a realidade patrimonial, e, para tal, procura apresentar, por meio do sistema de informações contábeis, um conjunto de demonstrações capazes de suprir as necessidades informativas de seus usuários. Esse sistema, por sua vez, vem tradicionalmente sendo constituído por informações de ordem financeira, econômica e patrimonial, não atendendo aos anseios dos usuários interessados em informações de cunho social e ecológico. Nessa perspectiva, surge o Balanço Social, demonstração que tem como objetivo genérico suprir as necessidades de apresentação de informações de caráter social e ecológico.

Deve-se frisar também que o Balanço Social tem como objetivo revelar a qualidade dos serviços oferecidos pela entidade, que irá evidenciar de forma segura o crescimento da entidade.

O Balanço Social confirma que a empresa contribui para a qualidade de vida da comunidade da qual faz parte, promove a interação das empresas com os diversos setores tanto no âmbito econômico quanto social, exibindo os investimentos no setor tecnológico e na capacitação profissional.

Para o uso do Balanço Social se torna necessária a formação de um banco de dados confiável para que as informações ajudem nas tomadas de decisões, tanto presentes quanto no futuro. Estas informações ajudam a tornar mais intenso o grau de confiança da sociedade para com a empresa, verificando a participação do quadro funcional nos processos de gestão da organização.

O Balanço Social exerce a função de instrumento de negociação entre os diretores,

sindicatos e representantes dos funcionários, melhorando o controle interno e externo da entidade, permite uma análise da organização mais aprofundada pela sociedade e colabora como fonte de informações confiáveis para com os governantes na elaboração de projetos e investimentos destinados à comunidade.

2.5 BALANÇO SOCIAL, UMA FERRAMENTA DE QUALIDADE

A economia, de uma forma geral, vem sofrendo profundas mudanças, incluindo assim aos objetivos quantitativos e qualitativos, financeiros, também os de caráter social e ecológico.

Tais mudanças possibilitam que o crescimento econômico seja cada vez mais dirigido pelo conhecimento e pelas ideias inovadoras. Logo, a velha economia baseada na manufatura, nos tradicionais recursos de terra, trabalho e capital, é substituída por uma economia que tenha como finalidade metas intelectuais corporativas para alcançar vantagem competitiva de forma sustentável e duradoura.

O conhecimento, a criatividade e a inovação passaram a ser ferramentas indispensáveis para a prosperidade e permanência de qualquer entidade no mercado, seja qual for o empreendimento.

As diversas tendências da globalização, as novas tecnologias e a responsabilidade social criaram a necessidade cada vez mais significativa, por parte das organizações, de desenvolver métodos explícitos e sistemáticos para a geração e capitalização do conhecimento. O que em si favorece para o gerenciamento em conjunto com o quadro funcional, semeando conceitos de responsabilidade social e ambiental, o que irá ocasionar na fabricação de produtos e serviços com maior qualidade.

Ao longo dos anos ocorreu um crescente aumento de investimentos para o desenvolvimento do setor tecnológico sustentável e para a implementação da tecnologia para promover o surgimento de novas ideias, criatividade e interação humana.

Segundo Kroetz (2000, p. 82),

O que se pretende em qualquer entidade é a construção de um estado harmônico ou a sintonia entre “Contabilidade, Balanço Social, Qualidade, Organização (estrutura e recursos), Comunidade e Meio Ambiente”. Conjunto que congrega a intenção da busca da qualidade organizacional, social e ambiental.

As organizações empresariais necessitam compreender como as pessoas trabalham, como se relacionam com as novas tecnologias e como trocam conhecimento para desenvolver uma tecnologia mais eficiente, e a possibilidade de aumento de adoções satisfatórias.

Assim, o Balanço Social torna-se um importante instrumento que amplie e reforce a integração da empresa com os funcionários, o que permitirá uma demonstração dos investimentos e as influências da entidade para com o ambiente externo.

2.6 LIMITES DO BALANÇO SOCIAL

O Balanço Social, sendo uma demonstração de responsabilidade social e ecológica de uma determinada entidade, que irá divulgar o relacionamento da empresa com o meio em que está inserida, não deve ultrapassar alguns limites referentes ao conjunto de informações a serem publicadas, tais como: privacidade, sigilo, subjetividade, uniformidade ou consistência, utilidade e economia.

A divulgação do Balanço Social não deve atentar contra os direitos em termos de privacidade, dos indivíduos ou das entidades,

não podendo apresentar informações que são de caráter essencial para a organização, transformando tal demonstração em vantagens comparativas, que poderão comprometer a entidade.

Kroetz (2000, p. 82) entende que a publicação do Balanço Social “deve observar alguns pressupostos no que concerne ao conjunto de informações a serem divulgadas”.

Assim, o Balanço Social deve proporcionar à entidade divulgadora um retorno benéfico, não devendo causar de nenhuma forma algum transtorno, ou ainda prejudicar de forma direta ou indireta o funcionamento e crescimento da organização.

2.7 USUÁRIOS DO BALANÇO SOCIAL

Kroetz (2000, p. 84) entende que a “construção da proposta do Balanço Social deve causar surpresa e desencadear ações, buscar-se no usuário final, por meio da coleta de suas necessidades, a seleção das informações úteis e relevantes a serem publicadas”.

O conteúdo do Balanço Social pode transmitir informações aos trabalhadores para negociações com a categoria patronal, apresentar indicadores que revelam a influência que a entidade exerce sobre a sociedade, oferecer aos acionistas um conjunto de informações que complementam as demonstrações contábeis e financeiras, possibilitando a tomada de decisões no presente e no futuro.

O Balanço Social contribui também com diretores e administradores, por ser uma ferramenta de controle, planejamento e de tomada de decisão na identificação de novas tendências e oportunidades, bem como demonstrar aos fornecedores as políticas da entidade, seja em seu âmbito sociológico ou ecológico, aumentando assim o elo de confiança.

A publicação do Balanço Social permitirá aos clientes conhecer as políticas da entidade, ações sociais e ecológicas, sua relação com funcionários, permitindo que tracem um perfil da entidade, possibilitando uma maior tranquilidade nas escolhas dos produtos, deixando a sociedade a par de suas atividades, possibilitando que a mesma fiscalize as ações desenvolvidas, identificando possíveis abusos e danos contra a própria sociedade.

Kroetz (2000, p. 86) entende que o Balanço Social “apresenta a entidade a seus clientes, demonstrando a qualidade interna e externa da organização, servindo, dessa maneira, como instrumento informativo”.

O Balanço Social servirá aos governantes, como base ao poder público, pois terá um vasto banco de dados, confiável, permitindo a geração de informações preciosas por segmentos sociais, permitindo o desenvolvimento de planos estratégicos. Irá gerar aos estudiosos uma imensa base de dados, possibilitando o estudo e desenvolvimento de novas pesquisas nas diversas áreas.

2.8 EMPRESAS NO MUNICÍPIO QUE PUBLICAM BALANÇO SOCIAL

No município de Alta Floresta do Oeste, segundo a pesquisa realizada, há uma empresa que publica o Balanço Social. Esta empresa faz parte de uma grande rede de lojas bem-sucedidas e conceituadas em nível nacional. A empresa é **Gazin Indústria e Comércio de Móveis e Eletrodomésticos Ltda.**

Visão de Mário Valério Gazin (2009) sobre o Relatório Anual e Balanço Social apresentado por sua empresa:

Nós vivemos no século 21, com todas as facilidades e dificuldades próprias desse momento histórico. É incrível que ainda hoje muitas pessoas, habitantes ativos do planeta, não saibam, nem entendam

o que é “Sustentabilidade”. Na nossa empresa temos muita responsabilidade para com a sociedade, as pessoas e o meio ambiente. O mais importante de tudo é a consciência de que todos precisam participar, pode até ser o mais humilde dos indivíduos. Precisamos, como empresários, estar empenhados nas melhorias das cidades em que vivemos, afinal é nossa casa, e é necessário dividir as responsabilidades, visando a melhoria de todos. Isto é ter um pensamento sustentável.

Na Gazin os donos, funcionários e parceiros estabelecem vínculos que transcendem a identidade corporativa e os interesses financeiros. É realmente uma história de amor com a empresa. Investimos em recursos de gestão administrativa, tecnologia, ferramentas de assessoramento e atualização constante de pessoal, que garantem a agilidade e o conhecimento necessário para a tomada de decisões no dia a dia da empresa.

É essa visão que faz da Gazin um grande empreendimento duradouro, moderno e arrojado. Pois a competência e o espírito empreendedor da família garantem que a mesma supere as metas e colha excelentes resultados.

A explicação para tamanho sucesso dessa gigantesca marca está nos valores que ela preserva: paixão no que faz, lealdade, trabalho em equipe, cumprir metas, integridade, aprendizagem contínua, respeito ao ser humano, ética, inovação, disciplina e empreendedorismo.

Os grandes e constantes investimentos desta rede nos diversos setores sociais comprovam que uma entidade deve ter como suas prioridades a responsabilidade social e ambiental em que está inserida, prioridades estas que, por sua vez, são divulgadas e demonstradas no Balanço Social.

Assim, com um pensamento moderno e inovador que a Gazin possui, com investimentos em projetos em diversas áreas, tudo isso assegura que a empresa exerça um verdadeiro papel de entidade cidadã. Áreas

essas que influenciam de forma direta na vida de uma comunidade em nível nacional.

Conforme o Relatório Anual e Balanço Social Gazin (2009), as áreas em que a empresa mais investe são:

- 1- Auxílio a entidades sem fins lucrativos
- 2- Campanhas de doação
- 3- Campanhas de incentivos a. de crianças
- 4- Campanhas de doação de m. escolar
- 5- Campanhas Fome Zero, Vida Melhor
- 6- Natal solidário
- 7- Patrocínio de p. produzidas pela APF
- 8- Programas de alimentação
- 9- Programas de ambulatórios
- 10- Programas ambientais
- 11- Programas de bem-estar e lazer
- 12- Programas de capacitação
- 13- Programas educacionais
- 14- Programas esportivos
- 15- Programas de saúde
- 16- Programas universitários
- 17- Programas de sintonia e comunicação

Diante de tais fatos aqui expostos, tornam-se claros os reais interesses desta entidade perante a sociedade, seja nos aspectos social, ambiental ou, ainda, econômico. É uma empresa verdadeira em seus princípios e objetivos, que pode ser tomada como base de organização.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Balanço Social é um instrumento de informações da empresa para com a sociedade, que demonstra de forma transparente as atividades realizadas por uma determinada entidade, a fim de comprovar que seus reais interesses transcendem o benefício próprio.

O custo-benefício do Balanço Social é positivo, porque agrega valor à economia e à sociedade, porque é ético e uma atitude responsável tanto no seu aspecto social quanto ambiental, possibilitando ainda ao empreendedor que o adota ter uma grande base de informações quantitativas e qualitativas que o favorece na tomada de

decisões presentes e futuras.

Sua publicação e demonstração são favoráveis não apenas à própria entidade, mas também aos diversos setores de uma comunidade em diferentes aspectos. Proporciona ainda uma maior interação com todos os indivíduos que possuem ligação com a organização.

Deve ser mencionado também que o Balanço Social deve demonstrar de forma verdadeira, ética e responsável as informações da organização em sua publicação, não devendo comprometer a integridade empresarial.

Que, ao longo dos anos, mais entidades, assim como a rede de Lojas Gazin, percebam a real importância de tal demonstração e passem à tela como uma de suas prioridades, pois dessa forma favorecerão o crescimento e uma qualidade de vida melhor para os cidadãos.

Portanto, o Balanço Social vai além de uma demonstração contábil e pode ser indiscutivelmente visto como uma ferramenta de controle e de responsabilidade para com o meio do qual faz parte.

REFERÊNCIAS

BALANÇO SOCIAL. A importância do balanço social no terceiro setor. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/balanco_social_terceirosetor.htm>. Acesso em: 27 abr. 2013.

_____. **Selo balanço social IBASE/Betinho.** Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 27 abr. 2013.

BNDES – Balanço social e outros aspectos da responsabilidade social corporativa. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/>

Galerias/Arquivos/conhecimento/relato/social02.pdf>. Acesso em: 4 maio 2013.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração-teoria, processo e prática**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CIRRO, Torres. **Balanco social**. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br>>. Acesso em: 27 abr. 2013.

ETHOS. **SER-Contexto**. Disponível em: <<http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/Default.aspx>>. Acesso em: 24 abr. 2013.

GAZIN, Departamento de Recursos Humanos. **Relatório Anual e Balanço Social Gazin 2009**. Paraná: Gazin, 2009.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balanço social - teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

PALÁCIOS, Marcos Pili. **O que é o balanço social e quais os benefícios de sua utilização pelas organizações**. Disponível em: <www.rumosustentavel.com.br>. Acesso em: 4 maio 2013.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

ELABORAÇÃO E DETALHAMENTO DA DMPL E DFC DE UMA ENTIDADE EMPRESARIAL

Greice Nara Moreira Sales¹

Ana Cristina Correia²

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Bacharelado em Ciências Contábeis (CTB 0019) – Prática do Módulo V

24/05/2013

RESUMO

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é uma demonstração contábil não obrigatória, porém é uma ferramenta muito importante para as entidades que a utilizam, por ser mais completa, pois evidencia a movimentação de todas as contas do patrimônio líquido em um determinado período, revelando assim todo acréscimo ou diminuição ocorridos durante o exercício da entidade, e ajudará também na elaboração de outra demonstração, a demonstração dos fluxos de caixa, que se torna obrigatória para todas as empresas de capital aberto, ou fechado, onde essa demonstração evidencia as alterações ocorridas no saldo do caixa ou seu equivalente, sendo divididos esses fluxos em operacional, financiamentos e investimentos. Pode-se afirmar que essas demonstrações, embora não sejam obrigadas a todas as empresas, é imprescindível gerenciá-las com êxito, e neste trabalho serão evidenciadas a DMPL e a DFC da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA.

Palavras-chave: Evidenciar. Demonstração Contábil. Movimentação. Entidade.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade, como um instrumento de informação, evidencia dados úteis para seus usuários, sejam eles internos ou externos. Estes dados são de muita importância para as entidades. Entidades de capital aberto ou companhias fechadas precisam de todo o suporte que a contabilidade disponibilizar para tomada de decisão, devendo estas informações ser exigíveis por lei ou apenas facultativas.

Através das demonstrações contábeis, as entidades podem saber a posição monetária estruturada. Através delas poderá ser feito o confronto dos elementos patrimoniais, e o resultado das operações visando ao conhecimento minucioso de sua posição qualitativa e quantitativa, buscando revelar

fatos anteriores e determinantes para o estado atual. Muitas destas empresas não dão o devido valor a duas demonstrações que não são obrigatórias por lei, mas quem utiliza as suas informações e é possuidor de um bom gestor, consegue seus objetivos. São elas: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho foi elaborado segundo a Lei nº 6.404/76 e Lei nº 11.638/07, que regem a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa. É fundamental a informação que elas fornecem, e para a sua elaboração deve-se conhecer a lei em que estão enquadradas.

¹ Graduanda do curso de Ciências Contábeis. UNIASSELVI – Centro Universitário Leonardo da Vinci. Polo Presencial COSMOS – Manaus. *E-mail:* moreiragreice@yahoo.com.br

² Tutora externa do curso de Ciências Contábeis. UNIASSELVI – Centro Educacional Leonardo da Vinci. Polo Presencial COSMOS – Manaus. *E-mail:* criscorreia13@hotmail.com

A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará: § 2º A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia. Previsto na Lei nº 6.404/1976, Artigo 186.

3 OBJETIVO

Objetivo Geral: Mostrar como é a elaboração e detalhar como a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa podem auxiliar uma entidade empresarial.

Objetivo Específico:

- Evidenciar que a DMPL e a DFC não são exigidas por lei, mas contêm atributos que as fazem precípuas.
- Mostrar que é fundamental para agentes externos e internos as informações obtidas através da DMPL e DFC, para saberem como está evoluindo o seu investimento.
- Conceituar a DMPL e DFC e explicar de forma objetiva suas vantagens.

4 A DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL – é um relatório contábil que tem por objetivo evidenciar as variações ocorridas em todas as contas do patrimônio líquido, representando o fluxo de uma conta para outra, diferentemente da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA, que apenas apresenta uma dessas contas.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido não é exigida por lei, mas é uma demonstração mais completa e abrangente, por nela estarem contidas todas as contas do patrimônio líquido. Assim, a empresa que optar por esta demonstração automaticamente não precisará apresentar

a demonstração de lucro ou prejuízos acumulados, pois a mesma já se encontra embutida.

Para a elaboração e estruturação da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é necessário sabermos o que pode ou não causar alterações no patrimônio líquido.

Itens que afetam o total do patrimônio são: acréscimo pelo lucro ou redução pelo prejuízo do exercício, redução por dividendos, acréscimo por doações ou subvenções para investimentos recebidos, acréscimo por prêmio recebido na emissão de debêntures, acréscimo por reavaliação de ativos, apenas quando o resultado for credor, redução por ações próprias adquiridas ou acréscimo por venda, entre outros, ou seja, tudo que faça com que o total do patrimônio cresça ou diminua.

Itens que não afetam o total do patrimônio são: reversões de reservas para a conta de lucros ou prejuízos acumulados, o aumento de capital com a utilização de lucros e reservas, apropriação do lucro líquido do exercício, reduzindo a conta lucros acumulados para a formação de reservas, compensação de prejuízos com reservas, ou seja, houve modificações monetárias de uma conta para outra, mas nenhuma delas alterou o valor total do patrimônio líquido.

Agora, veremos como deverá contar a DMPL. Sua apresentação poderá ser apresentada dividindo-a em linhas que serão as transações e colunas que serão as contas. É preciso apresentar de forma coordenada as movimentações ocorridas durante o exercício social nas contas do patrimônio líquido, como o capital, reservas de capital, reservas de reavaliação, reservas de lucro, ações em tesouraria e lucros ou prejuízos acumulados.

Será utilizada uma coluna para cada conta do patrimônio líquido da entidade empresarial, e todas as transações deverão ser evidenciadas, independente de quantas

sejam. Poderão fazer parte das linhas: o saldo inicial, aumento de capital, gastos com emissões de ações, ações em tesouraria adquiridas, ações em tesourarias vendidas, dividendos, ajustes financeiros, equivalência patrimonial, reservas, total controladores. Nas colunas podem fazer parte: capital social, reserva de ações em tesouraria, reservas, lucro ou prejuízo acumulado e o total.

A lei na qual a DMPL é mencionada (Lei nº 6.404/76), conhecida como Lei das S/A, não padroniza um modelo que as empresas deverão utilizar, portanto segue um exemplo de uma entidade empresarial, em que foram coletados dados para elaboração deste trabalho:

QUADRO 1 – DMPL – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA C.G.C.00.348.003/0001-10								
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011								
HISTÓRICO	RESERVAS DE CAPITAL					OUTRAS RES.	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL R\$
	CAPITAL	CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL	DOAÇÕES E SUBVENÇÕES	TRANSF. P/ AUMENTO DE CAPITAL	COR. MON. DO ATIVO IMOBILIZADO	CORREÇÃO MONETÁRIA DA DIF. IPC/BTNF		
Saldo Inicial do Exercício	62.000.000,00	11.764.824,00	166.817.832,10	452.620.079,63	100.641.876,35	1.064.883,62	0,00	794.908.495,70
Subvenções e Doações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência p/ Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	209.608.372,37	0,00	0,00	0,00	209.608.372,37
Prejuízo do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(20.262.521,66)	(20.262.521,66)
Compensação do Prejuízo	0,00	0,00	(20.262.521,66)	0,00	0,00	0,00	20.262.521,66	0,00
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO/2011	62.000.000,00	11.764.824,00	146.555.310,44	662.228.452,00	100.641.876,35	1.064.883,62	0,00	984.255.346,41

FONTE: Disponível em: <http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/balanco_patrimonial/demonstracoes-contabeis-2011/>. Acesso em: 20 maio 2013.

5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é uma demonstração não obrigatória a todas as entidades empresariais. A lei que a rege é a mesma da DMPL, conhecida como a Lei das S/A (Lei nº 6.404/76), estabelece

que todas as empresas de capital aberto ou fechado, com seu patrimônio líquido inferior a R\$ 1.000.000,00, não seriam obrigadas a elaborar o DOAR (como era chamado a DFC). Porém, foi em 2007, com a Lei nº 11.638, que a contabilidade brasileira passou a ser convertida para moldes internacionais.

A novidade exigida, a partir desta data, era que empresas de capital aberto ou fechado, com patrimônio líquido igual ou superior a R\$ 2.000.000,00, ficassem obrigadas a fazer a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

De acordo com a Lei nº 11.638/2007: § 6º A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), não será obrigada à elaboração e publicação da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia a movimentação ocorrida no disponível da empresa num determinado período, detalhando a origem de tudo o que entrou no caixa ou seu equivalente em termos monetários (dinheiro), e tudo o que saiu de recursos do disponível da empresa. Tais dados são de extrema importância para o planejamento da instituição. Através da evidenciação da entrada e saída é possível fazer planejamentos futuros, antecipar ações, dentre outras.

Para elaborar os fluxos de caixa, teremos que saber o que possivelmente pode afetar o caixa. Vejamos: integralização de capital, empréstimos bancários ou financeiros, recebimento de duplicatas a receber, venda de itens do ativo permanente, entre outros. As transações feitas por eles fazem com que aumente o valor do caixa. Já as transações que diminuem o caixa são o pagamento de dividendos aos acionistas, aquisição do item do ativo permanente, compra à vista ou pagamento de credores, entre outros. Por outro lado, existem também transações que não influenciam o caixa, são

elas: depreciação, amortização e exaustão, devedores duvidosos e outros.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa pode ser realizada de forma direta ou indireta. A forma direta é vista como a verdadeira, por demonstrar de forma completa e detalhada todos os recebimentos e também pagamentos referente às transações ocorridas num período de tempo. A forma indireta analisa mais os itens não circulantes e as alterações circulantes, excluindo as disponibilidades. Dessa forma, considera-se como saídas o aumento das contas do ativo circulante e as diminuições do passivo circulante. Assim, o aumento significa diminuição e a diminuição significa o inverso, ou seja, aumento.

Os relatórios dos fluxos de caixa deverão ser divididos em três áreas: atividade operacional, atividade de financiamento e atividade de investimento. Atividades operacionais envolvem todas as atividades relacionadas à produção e entrega de bens, serviços e os eventos que não sejam classificados em investimento e financiamentos, normalmente relacionam-se com transações que aparecem na demonstração de resultado. Poderão ser classificadas como entradas o recebimento de venda à vista ou das duplicatas a receber, também as duplicatas descontadas, o recebimento de juros, recebimento de dividendos; e como saídas o pagamento a fornecedores, pagamento aos governos Federal, Estadual e Municipal, pagamento de juros de despesas financeiras.

Atividades de investimento normalmente estão relacionadas ao

.....

aumento e diminuição dos ativos de longo prazo. Incluem concessão e recebimento de empréstimo, a aquisição e venda de instrumentos financeiros e patrimoniais, aquisição e alienação de imobilizado. Considera-se entrada a venda de imobilizados e outros ativos fixos, recebimento para venda de participações societárias, recebimento para venda de títulos de investimento. Na atividade de investimento considera-se saída desembolso de empréstimo concedido e pagamento para aquisição de títulos de investimento, pagamento para aquisição de títulos patrimoniais, pagamento à vista de imobilizados e de outros ativos fixos.

Atividades de financiamento estão relacionadas com empréstimos a credores e investidores da entidade, a obtenção de recursos dos proprietários e pagamento a eles de retornos sobre seus investimentos, bem como a obtenção de empréstimos junto aos credores, a amortização ou quitação destes. Considera entrada a venda de ações emitidas, empréstimos obtidos no mercado. É considerada saída pagamento de empréstimos obtidos, pagamento de dividendos e resgates de ações da própria empresa. Para exemplificar a demonstração do fluxo de caixa, segue em anexo a DFC da entidade empresarial EMBRAPA.

6 CONCLUSÃO

A contabilidade coleta, processa e transmite informações de cunho empresarial. O resultado do processo são as demonstrações contábeis, que servem para avaliar a situação das entidades empresariais. Neste

.....

trabalho foram destacada a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa. A ambas cabe ressaltar que, utilizando-se de índices financeiros e comparando períodos, é possível evidenciar o que ocorreu.

Estas demonstrações não eram tão valorizadas pela massa empresarial, pois não havia obrigatoriedade, mas são de suma importância à entidade que visa conhecer os seus pontos fortes e fracos, e a partir daí buscar cada vez mais seus objetivos, uma vez que as demonstrações passam para muitos como apenas fornecedoras de dados, e tenham reconhecimento, passando a ter valor como informação, pois é de rica informação o usuário avaliar a entidade e utilizá-la como suporte para a sua continuidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 3 maio 2013.

EMBRAPA. **Demonstrações Contábeis 2011**. Disponível em: <http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/balanco_patrimonial/demonstracoes-contabeis-2011/>. Acesso em: 3 maio 2013.

LUNKER, Rogério João. **Contabilidade gerencial**: um enfoque na tomada de decisão. Florianópolis: Editora Visual Books, 2007.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

PORTAL DA CONTABILIDADE. **Demonstração das mutações do patrimônio líquido**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/guia/demonstmutapl.htm>>. Acesso em: 10 de maio, 2013.

DFC – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA C.G.C.00.348.003/0001-10		
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010		
ATIVIDADES OPERACIONAIS	EXERCÍCIO/2011 R\$	EXERCÍCIO/2010 R\$
RECEBIMENTOS	2.090.334.912,18	1.824.365.806,55
Repasses Recebidos	2.043.781.804,07	1.770.343.373,95
Aluguéis, Arrendamentos e Taxas de Ocupação	1.289.328,51	1.254.861,93
Dividendos	-	79.477,63
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.208.412,51	1.126.154,50
Clientes	27.007.938,71	32.253.510,34
Transferências de Convênios	6.827.481,30	5.926.087,94
Outros Recebimentos	3.049.811,38	1.827.009,82
Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	2.812.937,04	4.168.436,89
Ressarcimentos de Pessoal Cedido	3.184.781,05	3.786.879,26
Ressarcimentos/Devoluções	1.172.417,61	3.600.014,29
PAGAMENTOS	(1.897.818.249,25)	(1.812.323.913,90)
Repasses Concedidos	(4.003.138,79)	(2.816.011,38)
Pessoal e Encargos Sociais	(1.534.783.306,74)	(1.269.034.397,18)
Juros da Dívida	(971.875,05)	(1.074.167,62)
Amortização da Dívida	(1.990.491,28)	-
Fornecedores	(356.069.437,39)	(339.399.337,72)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	192.516.662,93	212.041.892,65
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	7.095.009,43	4.968.932,94
Aquisição de Bens Móveis e Imóveis	(221.494.615,85)	(224.155.132,68)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(214.399.606,43)	(219.186.199,74)
REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(21.882.943,50)	(7.144.307,09)
SALDO INICIAL - CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	50.725.780,38	57.870.087,47
SALDO FINAL - CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	28.842.836,88	50.725.780,38


 PEDRO ANTÔNIO ARRAES PEREIRA
 Diretor-Presidente
 CPF: 383.135.727-04


 VÂNIA BEATRIZ RODRIGUES CASTIGLIONI
 Diretora
 CPF: 795.536.167-91


 WALDIR STUMPF JUNIOR
 Diretor
 CPF: 123.688.930-68


 MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES
 Diretor
 CPF: 277.340.686-68


 JOSÉ JOÃO REIS
 Chefe do Depto. de Administração Financeira - DAF
 CPF: 178.874.541-13


 SUSY KARLEN BARROS DA PENNA
 Contadora - CRCDF 087472D-2
 CPF: 399.778.381-00

ÉTICA: FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO NA CONSCIÊNCIA HUMANA

Jackson Erdmann¹

Dolores Tomaselli Doose²

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Ciências Contábeis (CTB0140) – Prática Módulo I

14/06/2013

RESUMO

A ética é um campo vasto da filosofia que merece nossa atenção. Nasceu entre grandes pensadores, evoluiu com suas teorias e, com seus códigos, tornou-se como uma lei para a sociedade moderna. Este trabalho tem como objetivo e finalidade buscar esta linha de raciocínio, trilhar e acompanhar sua história e incentivar a todos a compartilhar o seu saber, construindo assim um mundo melhor. Foram feitas pesquisas em livros e em páginas da internet, que realmente puderam ajudar na realização deste trabalho. Foi notado que é um campo com enormes raízes, mas pouco explorado por seus adeptos leitores. Assim, este trabalho visa seguir a linha do saber, em princípio, a ética.

Palavras-chave: Ética. Moral. Consciência Humana.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho abordará a ética, sua origem, sua formação, seu desenvolvimento e, por fim, sua conclusão. Como se trata de um assunto que interfere na sociedade, foi preciso primariamente conceituar a ética, o que seria, qual seria sua finalidade, quais os objetivos deste código de conduta. Depois, queremos nomear figuras ou personagens importantes na história da moral e da ética.

Passa-se também pela sua responsabilidade, como ela interfere na sociedade, por que envolve mais do que um código. Ética torna-se, portanto, neste momento, uma lei para os seres humanos. Conceituando ética, temos um vasto campo da filosofia para mergulharmos neste oceano de informação, história e observação.

Assim, é importante aprofundar os conhecimentos do mundo, da moral e da ética, passando por suas fases: saber fazer,

em busca do saber, ser humano como sociedade e código de moral e ética.

2 ÉTICA

Vivemos em uma época em que homem não respeita mais homem, pois se perdeu a noção de amor ao próximo, educação e ética. Torna-se hoje uma necessidade de primeiro grau manter os bons e velhos costumes, as valiosas lições de moral e as antigas tradições deixadas por nossos antepassados.

Não importa o que enfrentamos, como foi nosso dia, ou quão difícil está nossa vida. Não custa nada ser ético. Mas, afinal, o que seria ética? Segundo Camargo (1999, p. 22), “Ética [...] origina-se do grego ‘ethos’, que [...] significa costumes; a palavra ‘moral’ provém do latim ‘moraes’, que também significa costumes”.

Ética como costume tem o objetivo

de questionar, levar ao âmago da situação, revelar um código de moral, a que todos devem seguir.

2.1 SABER FAZER

A humanidade é controlada por regras, e sem elas seria quase que impossível sobreviver. Mas, afinal, o que a ética faz? Para que serve? Conforme Bazzanella (2008, p. 7), “A Ética é definida como a teoria, o conhecimento ou a capacidade racional e de discernimento em relação aos comportamentos morais”.

Discernimento, uma qualidade que revela se a pessoa está sã para pensar e agir segundo certo costume, segundo certo código. Em plena capacidade de raciocínio, todos nós sabemos distinguir o certo do errado. Todos foram criados com uma capacidade de percepção, o que envolve analisar, estudar, entender e, mais importante ainda, captar, raciocinar e transformar em uma resposta, um retorno, se está ou não fazendo o correto.

Nada melhor ou justo do que entendermos os porquês de questões que muitas vezes parecem inexplicáveis. A ética como teoria estuda a natureza dos seres; envolve nossa existência, nosso começo, nosso viver.

3 EM BUSCA DO SABER, A FORMAÇÃO DO PENSAR

Questões que foram levantadas por grandes personagens e que merecem séria consideração. Sócrates, Platão e Aristóteles foram pensadores que influenciaram e ainda influenciam a muitos. Separadamente, analisaremos o que estes três personagens marcantes têm a dizer sobre Ética e sobre como podemos alcançá-la e aperfeiçoá-la.

Para Sócrates, “todos os homens têm a capacidade de conhecer o bem e o mal”

(BAZZANELLA; BAZZANELLA, 2008, p. 16). Como já foi comentado anteriormente, todos somos capazes de ter este discernimento de saber e distinguir o bem do mal. Porém, embora o que possa ser errado para uma pessoa, possa ser certo ou aceitável para outra. Todos possuem modos de pensar diferentes. O que nos chama a atenção, como seres humanos que, aparentemente iguais, podem ser totalmente diferentes. São estas diferenças de pensar que necessitam de respostas, ou um estudo que analise o porquê de tal diferença. É aí que entram a ética e a moral, com uma capacidade de registrar e apresentar conclusões.

Já para Platão, “o mal consiste na ignorância, na incapacidade de discernir o bem do mal, o justo do injusto” (BAZZANELLA; BAZZANELLA, 2008, p. 17). Platão formulou um modo de pensar que define como ignorante a pessoa que não faz distinção do certo e errado. Um homem ético vai comandar sua vida por meio da verdade.

Para Aristóteles, “a felicidade consistirá na realização plena das capacidades próprias de cada ser humano. Ora, pelo fato do homem caracterizar-se como um animal pensante, a sua felicidade está articulada no desenvolvimento da razão”. (BAZZANELLA; BAZZANELLA, p. 17)

A felicidade é a chave para a ética, segundo Aristóteles. Por procurarmos, seguiremos o código de ética, desvendaremos mistérios e discerniremos o que é certo e o que é errado.

3.1 SER HUMANO COMO SOCIEDADE

Grandes pensadores, como Sócrates, Platão e Aristóteles, possuem o poder de influenciar mentes e fazê-las pensar em sua origem, origem esta que comporta lições de moral que merecem nossa consideração. Porque “o objetivo da ética é a moral. A moral é um dos aspectos do comportamento

humano”. (NALINI, 2001, p. 36).

É a moral quem dita nossas ações, decisões e concepções. Ela é a responsável por considerarmos algo certo, verdadeiro e fidedigno, ou falso, errado e injusto. Portanto, a ética e a moral caminham lado a lado, fazendo parte da existência de um ser humano desde o seu nascimento, controlando sua consciência.

4 CÓDIGO DE MORAL E ÉTICA, EVOLUINDO UMA SOCIEDADE

Embora pouco discutidos, os códigos de ética guiam a nossa vida. Um exemplo: Ao entrar em um restaurante, fixado à parede há um cartaz “Proibido Fumar”; será que obedecerei e agirei com ética por me importar com a ocasião, com o local e com as pessoas, ou serei egocêntrico, não me importando com nada, ligando apenas para mim?

Outro exemplo: Ao caminharmos, nos deparamos com um semáforo indicando proibido prosseguir. Será que seríamos imprudentes e avançaríamos o sinal vermelho? Por isso, segundo Camargo (1999, p. 12), “sempre permanece a necessidade de se organizar a existência a partir daquilo que o ser humano é na sua essência, a fim de que ele seja sempre mais ‘pessoa’, mais ‘gente’, mais ‘humano’”.

Todo ser humano nasce sem conhecer absolutamente nada sobre o certo e o errado, portanto, à medida que cresce descobrirá e desenvolverá uma consciência ética dentro de si, julgando o que acha ser certo, assim como o que acha ser errado.

A essência do ser humano é pura, imaculada, mas a partir do momento em que consegue decidir, ele absorverá uma série, uma lista de ações erradas, que não pode fazer, e ações boas, que na prática deveriam ser aplicadas diariamente. O comportamento humano é um assunto de séria preocupação e que merece uma atenção redobrada.

Será que queremos um mundo melhor? Será que teremos um mundo melhor se cada um não observar como se comporta perante a sociedade? Como queremos que nossos filhos cresçam?

Sem a ética é impossível viver, porque assim como no trânsito há leis e leis, na vida há um código e uma base das teorias que se chama ÉTICA. Ela trata no que diz respeito à liberdade, consciência e consequência.

Saber viver em sociedade, é disto que precisamos! Saber respeitar limites pessoais e, acima de tudo, agir com ética e moral. Somente assim seremos humanos no sentido físico da palavra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim deste trabalho concluí que a ética é fundamental para o convívio social de toda a sociedade humana moderna. Sem ela, não teríamos um comportamento adequado como povo, visto que se trata de um conjunto de ordens, leis que interferem diretamente na maneira de pensar de cada indivíduo, de forma que o fazem pensar e refletir como agir em comum.

Além disso, necessitamos de um código que consiga nos fazer pensar em um porquê de ações, pensamentos e decisões. Podemos, com a ajuda da moral e da ética, distinguir entre o bem e o mal, entre o certo e o errado. Questões que há muito foram levantadas por grandes pensadores, movidos por seus modos de pensar, que decidiram agir em parceria com sua mente, visto que pesquisaram e entenderem, criando suas próprias decisões a respeito da ética.

Com um estudo profundo, podemos decidir o que fazer e o que não devemos, visto que temos uma consciência, uma mente capaz de trabalhar e resolver questões profundas. A ética é como uma balança dentro da pessoa, possibilita a percepção,

o domínio e o discernimento do que fazer perante certa ocasião. Com esta balança equilibrada corretamente, com pesos igualmente distribuídos, é possível vivermos em paz, tranquilamente, e todos com uma mente perfeitamente ajustada à ética.

REFERÊNCIAS

BAZZANELLA André; BAZZANELLA, Sandro Luiz. **Ética**. Indaial: Asselvi, 2008.

CAMARGO, Marculino. **Fundamentos de ética geral e profissional**. Petrópolis: Vozes, 1999.

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

ÉTICA E MORAL

Juliana Magano Maia

Roséli Godói

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Ciências Contábeis (CTB 0167) – Prática do Módulo I

10/12/2013

RESUMO

Este trabalho busca esclarecer os conceitos e as diferenças entre ética e moral. A ética e a moral são de extrema importância no mundo atual, tanto nos relacionamentos pessoais quanto nos profissionais. O mundo e as pessoas estão cada dia mais exigentes, mais criteriosos, atentos a tudo o que acontece, ao que falam e principalmente ao que se faz. Por isso este assunto é tão abordado dentro das empresas, para que as pessoas tenham consciência do que se deve e se pode fazer. Escolhi o método da prática de pesquisa documental.

Palavras-chave: Ética. Moral. Relacionamentos. Profissional.

1 INTRODUÇÃO

Ética e moral são assuntos diferentes, porém totalmente interligados, muitas vezes até bem difíceis de distinguir um do outro, dependendo da situação e do ambiente. Demonstrarei de uma forma objetiva o conceito de cada termo, citando exemplo e mostrando diversos pontos de vista para que possamos avaliar e entender a importância de cada um. Falarei de ética e moral em ambientes diferentes, com ênfase principalmente no ambiente profissional, no qual nos desenvolvemos e convivemos diariamente com pessoas e situações diferenciadas.

2 ÉTICA

2.1 CONCEITOS DE ÉTICA

A palavra ética significa modo de ser, caráter, e vem do grego “ethos”. Ser ético é ser uma pessoa de acordo com os padrões, que segue o que é determinado por uma sociedade como correto, como justo, é fazer sempre o que será o melhor para todos, o que não irá gerar atritos, assumir seus erros,

ser flexível, mantendo assim a harmonia e o bem-estar da sociedade em que se vive.

3 MORAL

3.1 CONCEITO DE MORAL

Moral é uma palavra de origem latina, que vem de “moris”, que significa costumes. Moral é o conjunto de costumes, regras, crenças, normas ou valores de um indivíduo ou da sociedade em que ele vive. Estas normas ou regras servem como um guia, para que as pessoas saibam diferenciar o que é certo ou errado, o que é do bem ou é do mau, podendo assim estar sempre agindo da melhor maneira em respeito aos demais e a elas mesmas.

4 AMORAL E IMORAL

4.1 CONCEITO DE AMORAL

Amoral não se pode julgar errado, dizer que a pessoa está indo contra os princípios da moralidade, pois ela na verdade está agindo de acordo com o que pensa ser correto, muitas vezes por não conhecer as

regras daquele local, daquelas pessoas, acabando por agir em desacordo. Por exemplo, uma pessoa normal, ao adentrar em uma aldeia vestido, está sendo amoral, ou seja, na aldeia todos andam nus, mas esta pessoa, por falta de conhecimento destes costumes, por não saber de suas normas, acabou indo ao local de acordo com o que é certo para ela, ou seja, vestida.

4.2 CONCEITO DE IMORAL

Um comportamento imoral é totalmente contra a moral, ou seja, é um comportamento errado, totalmente contrário às regras, aos costumes; sabe-se o que deveria fazer, mas, por ser uma pessoa imoral, acaba fazendo justamente o contrário. Por exemplo, ao caminhar pelo centro da cidade, João encontra uma carteira no chão, ele sabe o que é o certo a se fazer, que neste caso seria identificar de quem é a carteira através dos documentos, procurar algum contato ou até mesmo os órgãos competentes para que possa devolver; mas, em um ato imoral, ele abre a carteira e verifica que tem uma boa quantia em dinheiro. Ao invés de devolver, fica para ele, não se importando com a outra pessoa, com o que é certo ou errado. Neste momento, ele se preocupou somente com ele mesmo, deixando de lado seus princípios, tornando-se uma pessoa totalmente IMORAL.

5 ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES

É de extrema importância que as organizações tenham claro o seu código de ética. A profissão do administrador, por exemplo, tem um código de ética, que é definido pelo Conselho Federal de Administração, ao qual fazem um juramento e são obrigados a cumprir no seu dia a dia. Claro que nem todas as profissões têm isto determinado ou por escrito, ficando neste caso ao critério e bom senso de cada colaborador, o que nem sempre é fácil, considerando que as pessoas têm opiniões diferentes. Cada um deve saber o que pode ou não fazer, até onde deve ir, como deve

falar ou se portar em diversas situações.

5.1 A L G U N S M A N D A M E N T O S ESSENCIAIS PARA SE TER ÉTICA NAS ORGANIZAÇÕES:

- Seja sempre o mais honesto, sincero e digno possível;
- Não faça nada quando estiver sozinho que não pudesse ser feito perante sua equipe ou sua chefia;
- Esteja sempre tranquilo, disposto a ouvir críticas, sugestões ou até mesmo elogios;
- Não mexa no que não é seu, na mesa do colega, no *e-mail*, nos arquivos sem que tenha autorização, sem que a pessoa esteja junto, ciente do que você está fazendo;
- Não faça comentários maldosos, nem se envolva em fofocas; mesmo que o grupo esteja acostumado a estas práticas, procure não participar, mostrando sempre o seu ponto de vista às claras;
- Ao errar, assumo seu erro, colocando-se à disposição para solucionar o problema causado e comprometendo-se a tomar mais cuidado da próxima vez.

Um bom profissional, além de suas habilidades técnicas, tem que zelar pelo bom funcionamento da empresa, utilizando sempre o bom senso e a ética a favor de todos. Não adianta ser um excelente profissional, se não souber distinguir o que é certo ou errado, se não estiver em harmonia com o grupo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, podemos deduzir que ética é em grande parte a teoria, as demonstrações do que se pode ou não, do que é certo ou errado. Moral está mais relacionada às atitudes, nas decisões, no querer fazer o bem ou o mal, escolher entre o que é o certo, que beneficiará a todos, ou o errado, pensando somente em si mesmo. Uma pessoa ética é uma pessoa de confiança, que passa credibilidade e é benquista em todos os lugares, é de pessoas assim que nossa sociedade precisa. É fácil julgar o político

desonesto, que desvia verba pública e nos afeta diretamente na educação, na saúde, no transporte, mas já paramos para pensar se no nosso dia a dia somos diferentes? Ao receber um troco errado, você devolve? Ou acha que o azar é da pessoa que lhe deu errado? Ao concluir o trabalho, percebi que é um assunto muito amplo e abre um leque de possibilidades, mas o mais importante foi perceber que ética e moral devem andar lado a lado e serem sempre utilizadas em todos os lugares, para o melhor convívio do grupo em que estivermos.

REFERÊNCIAS

ALBERONI, Francesco; VECA, Salvatore. **O altruísmo e a moral**. Rio de Janeiro: Rocco, 1990.

MARTINS, Noedi Bittencourt. **A ética como credo**. Conselho Regional de Contabilidade. Paraná, 1990.

SILVA, Tupinambá Pedro Paraguassu Amorim da. Ética na vida cotidiana. In: **Revista Brasileira de Administração**. Ano V, n. 12, jan.-abr. 1994, p. 6-7.

VASQUES, Adolfo Sanches. **Ética**. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

ECONOMIA DO BRASIL

Bárbara Ribeiro
Dinael Santino Ferreira
Eduardo Schmitt
Lucimary Raulino
Olegário José Macedo

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI
Ciências Contábeis (CTB174) – Seminário da Prática I
Dez/2013

RESUMO

Aborda-se nessa pesquisa os principais fatos, números, medidas e tomadas de decisões mais importantes dos governos sobre a economia brasileira. O objetivo principal é mostrar que a economia brasileira sempre passou por altos e baixos, com exceção desta última década, pois não foi fácil para o Brasil chegar neste período de estabilidade econômica. No histórico econômico brasileiro, muitas vezes a economia patinou, devido à falta de controle da inflação, esta mesma foi diversas vezes combatida através de planos e medidas que em primeiro momento pareciam dar certo, porém em curto prazo já voltavam os altos preços. Todavia, existiam outros fatores econômicos que atrapalhavam o Brasil economicamente, mas com o Plano Real, em 1994, a inflação foi controlada. No entanto, devido à dívida internacional, juros altos, desvalorização da moeda, altas taxas de desemprego, o Brasil só veio a conquistar a estabilidade econômica quase uma década depois.

Palavras-chave: Economia. Crise. Estabilidade.

1 INTRODUÇÃO

Apresentaremos neste trabalho um breve histórico econômico e a situação atual da economia brasileira, suas principais catástrofes econômicas, dificuldades em atingir uma estabilidade e a evolução na economia até chegar aos dias atuais. Discutiremos também os principais fatores que influenciavam a economia e os períodos econômicos relacionados ao período de governo. Também será abordado o que os respectivos governantes fizeram ou deixaram de fazer pela economia brasileira, que medidas obtiveram sucesso e que medidas deram errado.

2 PERÍODO COLONIAL

apenas uma empresa comandada pela sua metrópole (Portugal) e tinha que comprar de Portugal tudo o que precisava para que pudesse sobreviver. Nesse período foram desenvolvidas atividades de subsistência de exportação. “A escravidão demonstrou ser, desde o primeiro momento, uma condição de sobrevivência para o colono na nova terra” (FURTADO, 2007, p. 76).

O trabalho livre e assalariado era impossibilitado. Devido à abundância de terra, nenhum trabalhador livre iria trabalhar por um salário “qualquer”, podendo tomar para si um pedaço de terra para produzir para si mesmo. Então, a solução mais lucrativa para os portugueses foi usar a mão de obra escrava trazida da África.

No período colonial, o Brasil era

O extrativismo do Pau Brasil foi a

primeira atividade econômica do país. Devido ao excesso da extração da madeira, ela se tornou escassa, sendo então introduzidos os cultivos de algodão, tabaco, cana-de-açúcar e a mineração. Posteriormente, devido ao baixo preço do açúcar e a pouca quantidade de ouro exportado, o café tornou-se a principal atividade econômica no Brasil.

3 INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Valendo-se de políticas econômicas desenvolvimentistas desde a “Era Vargas”, na década de 1930, o Brasil desenvolveu grande parte de sua infraestrutura em pouco tempo e alcançou elevadas taxas de crescimento econômico. O governo, por muitas vezes, manteve suas contas em desequilíbrio, multiplicando a dívida externa e desencadeando uma grande onda inflacionária.

De acordo com Furtado (2007, p. 64), “o presidente João Goulart tentou implantar as reformas de base (agrária, habitacional, financeira), mas foi impedido pelo golpe militar de 1964. Na tentativa de povoar uma região pouco habitada, em 1967 é criada a Zona Franca de Manaus”.

4 O MILAGRE ECONÔMICO

De acordo com Furtado (2007), o milagre econômico aconteceu de 1969 a 1973, foi quando um crescimento acelerado da indústria gerou empregos e aumentou a renda de muitos trabalhadores, conseqüentemente aumentou o consumo no mercado e o ciclo da economia funcionou muito bem, proporcionando assim o crescimento do país. Entretanto, a industrialização foi centralizada no eixo Rio-São Paulo, impossibilitando o crescimento de outras regiões do país que não receberam a mesma quantia de subsídios e de investimentos do governo. Por exemplo: o Nordeste.

Este fato causou uma grande migração

da população nordestina para o eixo Rio-São Paulo, em busca de melhor qualidade de vida, porém a maioria dessa população que migrava para o eixo Rio-São Paulo não estava preparada para as oportunidades que ali haviam, devido à falta de escolaridade. As cidades também não estavam preparadas e nem tinham capacidade de suportar toda essa população, o que só ampliou os níveis dos problemas que permanecem até hoje, tais como: decadência urbana, favelização, criminalidade, entre outros.

5 RECESSÃO E CRISE MONETÁRIA

“O período de 1981 a 1993 pode ser considerado um dos mais infelizes da história econômica recente” (LANZANA; LOPES, 2009, p. 17). Diante da crise externa severa na década de 80, o governo brasileiro sentiu a necessidade de reduzir os problemas de emprego e realinhar os preços; sendo assim, apresentou modificações importantes na política salarial e taxas de câmbio.

Durante os anos 80, a indústria retrocedeu bastante, causando uma redução no Produto Interno Bruto (PIB), que tinha uma média de crescimento do país em torno de 7%, caindo para 2% na década de 80. Para ajudar a crise, as altas taxas internacionais de juros causaram crescimento da dívida externa, aumentando o déficit.

A dívida interna e a inflação foram ganhando força cada vez mais, sendo assim, a crise foi se instalando no Brasil. Perante toda essa situação, o governo brasileiro desenvolveu diversas tentativas de reformas monetárias. Ex.: Plano Cruzado; Plano Bresser; Plano Collor e Plano Collor II. Todavia, todas as tentativas não tiveram sucesso, resultando em não pagamento de dívidas com credores internacionais, o que causou graves problemas econômicos que perdurariam por anos.

6 PLANO CRUZADO

Foi um plano com propósito de combater a inflação por meio de congelamento de preços e salários. A queda da inflação no primeiro momento causou grande euforia no país. Em fevereiro de 1986, a inflação era de 22,6%. Com o início do plano, a inflação caiu para 1% no mês seguinte. Com o aumento de oferta da moeda, taxas de juros reduzidos e o aumento expressivo do salário real, houve um grande quadro de explosão da demanda com o desabastecimento, enquanto durou o congelamento. Depois do descongelamento, ocorreu a aceleração inflacionária, em junho de 1987. No último mês do Plano Cruzado, a inflação já estava em 25,9% ao mês.

7 PLANO BRESSER

O Plano Bresser tentou conciliar a busca do equilíbrio externo e o combate à inflação. Repetindo a experiência do plano anterior, os preços cederam no primeiro momento, o governo então acabou criando condições necessárias para renegociar o devido com credores externos. Contudo, logo em seguida a inflação começou a subir, devido ao déficit público e à desvalorização cambial.

8 PLANO COLLOR

Em 1989 o país vivia à beira da hiperinflação de 84% e déficit público de 6,9% do PIB. Apesar disso, o setor produtivo não se desestruturou com o PIB, crescendo 3,3%, o setor externo registrando saldo comercial de US\$ 16 bilhões de dólares.

Collor, visando ao bom desempenho do PIB, propunha mudanças radicais na economia, objetivando a curto prazo derrubar a inflação a qualquer preço, aumentando impostos, reduzindo salários do funcionalismo, confiscando a dívida interna e atrasando pagamentos ao setor privado. Todavia, não teve sucesso completo em nenhuma das tentativas.

9 PLANO COLLOR II

Devido ao fracasso do Plano Collor, o governo resolveu adotar o Plano Collor II. Além de um novo congelamento de preços e salários, veio acompanhado de uma forte elevação de tarifas públicas com a política de juros elevados. O resultado foi que a inflação se manteve estável e não baixou durante o ano de 1992, ficando na média de 22 e 24% ao mês. A elevação das tarifas públicas não resultou em aumento de arrecadação, pois as reformas estruturais necessárias para recuperar as políticas fiscais não foram executadas.

10 A ESTABILIDADE ECONÔMICA (1993) - PLANO REAL

“O Plano Real teve por objetivo estabilizar a moeda e recuperar a confiança, atacando as causas básicas da inflação” (BRUM, 2010, p. 482). Foi graças ao Plano Real, anunciado em 7 de dezembro de 1993, que a inflação foi combatida. O país passou a ter um rumo definido em um novo projeto nacional, em base consistente e com possibilidade real de implementação. A execução do Plano Real passou por três fases, a saber:

- Ajuste fiscal: fez parte da preparação, compreendeu o combate de déficits públicos, buscando aproximação entre a receita e as despesas, ou seja, o governo conteve gastos e aumentou a arrecadação.
- A implantação da Unidade Real de Valor (URV): todos os preços passaram a ser fixados em URV, com valor atualizado diariamente. Esta fase intermediária e transitória destinou-se a promover o alinhamento de preços, valores e contratos.
- Implantação do Real: em 1º de julho de 1994 foi lançada a nova moeda, que persiste até hoje, chamada de real, eliminando a “URV”, de acordo com a pesquisa do Instituto de Economia Agrícola (2004). O Real veio para ser uma moeda forte e de poder aquisitivo estável, trouxe expectativa e

compromisso de uma estabilidade econômica. Em todo o período de governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), seu principal compromisso foi a estabilidade econômica. O sucesso do Plano Real dependeu também da sua administração e de seu gerenciamento competente, além da consistência técnica que teve esse governo.

11 ECONOMIA DURANTE O GOVERNO LULA (2003-2010)

Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o poder em 2003. A primeira medida do governo Lula para melhorar a economia do país foi a criação do Conselho Econômico Social, formado por representantes dos trabalhadores, dos empresários, do governo e outros setores da sociedade.

O governo também rompeu com a política de alinhamento automático com os Estados Unidos e tornou a política externa independente, começou a defender no exterior o interesse do Brasil e dos demais interesses do país de terceiro mundo.

Com o aparecimento da China como parceiro comercial, o governo saneou bases macroeconômicas a custo de um déficit social considerável de risco de marginalização na economia mundial. A economia teve impacto diretamente na política de comércio exterior. A diplomacia brasileira organizou na OMC um grupo com 20 países que iriam implantar uma agenda independente, que liderou o Mercosul, contra a tentativa do governo dos EUA, a área de livre comércio das Américas, deflagrando a constituição em dezembro de 2004.

- Suspendeu o processo de privatização que revigorou no início do ano de 1990.
- O BNDES deixou de financiar as empresas estatais estrangeiras para financiar empresas nacionais.
- O ministro das Minas e Energia recuperou

parte do seu poder no setor energético e suspendeu o processo de privatização.

- A Petrobras criou um programa de plataformas de navios no total de 42, com o objetivo de produção nacional, a maior política importadora. Contudo, a gestão interna financeira continuou subordinada ao FMI.

O governo Lula, no seu primeiro mandato, deu continuidade à política de combate à inflação. Assim, se tirasse a moeda de circulação pelas vias de manutenção dos juros altos, cambial e valorização do Real e o fiscal na contenção dos gastos públicos, resultaria em superávit comercial.

O governo Lula diversificou o comércio exterior e produziu forte aumento das exportações. Houve melhoria no mercado interno, com a distribuição da renda. A partir de 2004 ocorreu incremento no salário real, além de programas sociais que ajudaram as classes menos favorecidas da população. Ex.: Fome Zero: esse programa diminuiu a pobreza em 19,18% no país, baixando de 28,2% em 2003 para 22,77%, segundo o IBGE. Criou-se um aumento de empregos de 8.131 milhões, apesar do aumento de 7.958 milhões de desempregados. Criou-se também o fim na cumulatividade do PIS/COFINS e da CSLL. A extinção da alíquota do PIS/COFINS sobre produtos da cesta básica estimulou o microcrédito produtivo e ampliou os recursos financeiros imobiliários.

O segundo mandato do presidente Lula teve um plano para o crescimento econômico, com investimentos orientais na infraestrutura no país. Esse plano ficou conhecido como PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

Estabeleceu-se como objetivo para o PAC a aceleração do crescimento econômico, o aumento de emprego e a melhoria das condições de vida da população. Teve crescimento no PIB de no mínimo 4,5% em 2007 e 5% ao ano, para 2008-2010,

tendo como medidas investimentos, infraestrutura, estímulo ao crédito e ao financeiro, desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário e nas medidas fiscais de longo prazo.

A crise de 2007 internacional não foi sentida pelo Brasil, pois ocorreu a existência de superávit comercial de reservas cambiais que blindaram a economia brasileira, de maneira que o PAC continuou sendo executado em sua totalização.

Mesmo com a queda significativa da taxa de juros de 19,75% em setembro de 2005 para 11,25% em outubro de 2007, os juros continuavam altos para padrões internacionais. Entre 2007 e 2008, por decisão do Banco Central, a SELIC volta a subir, de forma a conter a demanda e combater a inflação.

Em 2009 a taxa de juros caiu novamente para 10,25%, e o Brasil continua sendo visto na arena internacional como forte parceiro comercial.

Podemos afirmar que o grande desafio do governo Lula foi a continuidade de índices inflacionários e a busca pelo crescimento econômico sustentável das taxas de juros. No governo Lula a melhoria de vida das classes menos favorecidas obteve relativo êxito, como mostrou o IBGE. Na área internacional, o Brasil superou todos os desafios possíveis, passando a ser respeitado como parceiro, inclusive como negociador dos demais países de terceiro mundo.

12 O GOVERNO DILMA

A presidenta Dilma Rousseff iniciou o seu mandato com uma economia equilibrada de 7,5% ao ano. Esse crescimento elevou o consumo e o poder considerado responsável pelo índice da inflação em 6,5%, mesmo não sendo índice preocupante estabelecido pelo CMN (Conselho Monetário Nacional). O IBGE divulgou no ano de 2012 o resultado

do PIB de 2011, crescimento de 2,7%. O PIB teve uma participação no setor industrial que recuou 14,6%, antes 16,2% em 2010.

A presidenta Dilma criou o plano “Brasil Maior”, tendo como foco a inovação, o adensamento produtivo do parque industrial brasileiro. O plano reduz o IPI para fabricantes e a inclusão das indústrias exportadoras de autopeças, aviação e naval. No rol de setores beneficiados na desoneração da folha de pagamento, aliviou a indústria, tendo como objetivo o consumo. Dilma também aumentou a taxa de produtos importados, como os automóveis, impondo barreiras comerciais e tarifárias para proteger a indústria nacional.

Em seu primeiro ano de mandato, Dilma adotou diversas medidas para manter a economia crescendo e um grande volume de crédito e adoção de vários setores para reduzir os tributos, em especial a taxa básica de juros da economia, a taxa SELIC, na redução de juros públicos e a manutenção da poupança.

Na poupança, o governo atrelou a taxa básica de juros à SELIC, substituiu o critério antigo, que é de 6,17% ao ano. Entretanto, a variação da TR mais 70% de taxa SELIC, a taxa de juros chegou a 8,5% ao ano. A SELIC atualmente está fixada em 7,25% ao ano. O governo continuou a baixar os juros, e os grandes investidores, estimulados a migrar para poupança, deixaram de comprar títulos públicos.

Com a redução de juros do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal (CEF), a presidenta, no dia 1º de maio de 2012, cobrou mudanças dos bancos produtivos privados, com relação aos juros elevados e sinalização de mudanças com relação ao sistema financeiro e ao Estado brasileiro. Para estimular a economia, Dilma reduziu as taxas de energia elétrica em 2013, de 16,2% para consumidores e 28% para o setor produtivo.

13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na história econômica do país, passamos por um período inflacionário crônico, com tentativas fracassadas de combate de aceleração no ritmo de crescimento dos preços. Na área externa, a crise do petróleo e o aumento dos juros foram fatores que sempre prejudicaram a economia brasileira. Nos dias atuais, podemos dizer que o Brasil vive a melhor época econômica, conseguindo se estabilizar e caminhar rumo ao crescimento.

O que nos comprova são os bons índices econômicos: PIB, renda *per capita*, valorização da moeda, taxa básica de juros, dívida externa, inflação, exportação e importação, e a migração da população que se encontrava em classes sociais baixas, passando para classes sociais médias.

REFERÊNCIAS

BRUM, Argemiro J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Ijuí: Vozes, 2010.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. 2004. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/vertexto.php?codTexto=1363>>. Acesso em: 20 out. 2013.

LANZANA, Antônio Evaristo Teixeira; LOPES, Luiz Martins. **Economia Brasileira: da estabilização ao crescimento**. São Paulo: Atlas, 2009.

ECONOMIA COMO FERRAMENTA COMPETITIVA PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS LIGADAS À ATIVIDADE DE COMÉRCIO

Cleber Medeiros
Cristian Jhulien Branger
Olegário José Macedo

Centro Universitário Leonardo da Vinci – Uniasselvi
Ciências Contábeis (CTB0174) – Seminário da Prática I
DEZ/2013

RESUMO

Nesta pesquisa demonstraremos como a aplicação dos conceitos de economia é um fator diferencial na obtenção de êxito na competição das micro e pequenas empresas. Por meio de pesquisas na internet e estudos de publicações de autores como Kopelke, Bergo e Mankiv, além de aplicação dos conteúdos ensinados pela disciplina de economia do curso de Ciências Contábeis, observamos de forma exemplificada como a maximização de lucros acontece e a forma de obtê-la. Também demonstramos a organização dos custos do negócio, classificados em receitas fixas e variáveis. Nota-se como essencial a boa utilização dos conhecimentos econômicos para o sucesso do empreendedor. Com um mercado acirrado, ter conhecimentos técnicos sobre as finanças não é somente uma vantagem, mas, sim, uma exigência.

Palavras-chave: Receita. Custo. Lucro.

1 INTRODUÇÃO

Nota-se hoje um grande número de pessoas que deixam de ser empregados para empreender. Seu principal objetivo é a ampliação de renda. A fácil obtenção de crédito, aliado a um mercado com nichos carentes de produtos e serviços específicos e clientes cada vez mais exigentes, possibilitam a abertura do próprio negócio. Em consequência, o mercado brasileiro de micro e pequenos negócios tornou-se extremamente competitivo, ou seja, muitas empresas ofertando produtos semelhantes. É preciso que o empreendedor atenda às necessidades dos consumidores e ainda apresente algum diferencial em seus

produtos ou serviços. Outra obrigação é que gerencie seus negócios com eficiência, conseguindo no mínimo um equilíbrio entre despesas e receita, mantendo a viabilidade financeira do seu negócio.

O objetivo desse trabalho é entender a importância da economia na sobrevivência das micro e pequenas empresas, compreender a forma como a economia pode ser utilizada na maximização dos lucros e perceber a economia como um diferencial competitivo.

Primeiramente trataremos o conceito de economia e de mercado competitivo. Falaremos sobre receita marginal, custo e despesas. Finalmente, chegaremos ao entendimento de maximização de lucros

como ferramenta competitiva.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 CONCEITO DE ECONOMIA

A palavra economia apresenta diversos sentidos. Para Kopelke (2011), a palavra economia possui três significados, que são: (i) economia segundo o “senso comum” – no sentido popular a palavra economia significa economizar, poupar, conter gastos, evitando desperdícios; (ii) economia como “atividade econômica” – as ações dos seres humanos em produzir, distribuir ou consumir riquezas, satisfazendo suas necessidades e criando condições para sua sobrevivência; e (iii) economia como “ciência econômica” – estuda as diferentes maneiras pelas quais as pessoas se organizam para produzir, distribuir e consumir riquezas para satisfazer suas necessidades e criar condições para sua sobrevivência.

Para Bergo (2011, grifo do autor), economia é “**Ciência** que estuda as formas de comportamento humano resultantes da relação existente entre as ilimitadas **necessidades** a satisfazer e os **recursos** que, embora escassos, prestam-se a usos alternativos”.

Para estudar a competitividade entre as empresas, entraremos no assunto da Microeconomia, que: “Estuda o comportamento de consumidores e produtores e o mercado no qual interagem. Preocupa-se com a determinação dos preços e as quantidades em mercados específicos” (BERGO, 2011).

2.2 MERCADO COMPETITIVO

Segundo Mankiw (2009, p. 289), “[...] um mercado é competitivo quando cada comprador e vendedor são pequenos se comparados ao tamanho do mercado e, portanto, têm pouca capacidade para influenciar os preços do mercado”. Podemos dar como exemplo de mercado competitivo

uma loja de calçados. Caso uma loja de calçados do seu bairro aumentasse em 20% um calçado de uma determinada marca, você teria a opção de procurá-lo em outra loja. Uma pequena loja não teria poder para influenciar os preços do mercado. Uma empresa que tem capacidade de influenciar os preços do mercado, ou seja, tem poder de mercado. Podemos citar uma empresa de distribuição de energia elétrica, por exemplo. Quando ela aumenta o preço, não temos empresa concorrente no mercado.

2.3 RECEITA, DESPESAS/CUSTOS E LUCRO

Mankiw (2009) afirma que o montante que a empresa recebe pela venda de sua produção é chamado receita total. O montante que a empresa paga pelos seus insumos (matéria-prima) é chamado custo total, e lucro é a receita total menos o seu custo total.

Levando para o ramo do comércio, podemos dizer que o total recebido pelas vendas é a receita total. A soma dos gastos com custo, despesas fixas e variáveis é o custo total, sendo o lucro do comércio também a diferença entre a receita total e o custo total.

Para entendermos a sobrevivência das empresas em mercados competitivos, é importante sabermos o que afeta a receita da empresa e que, quanto maior a receita, não necessariamente significa maiores lucros. Salienta-se frisar que, para compreendermos a maximização dos lucros, precisamos entender os custos e as despesas relacionados à atividade da empresa e então registrá-los de forma correta para concluirmos se a empresa está ou não operando de maneira saudável, em que as receitas superam os custos/despesas.

2.3.1 Receita Total e Receita Marginal

Concordamos com Kopelke (2011,

p. 159) quando afirma que, “À medida que o preço sobe, há uma tendência dos volumes consumidos diminuírem e vice-versa”. Kopelke está falando sobre a lei da procura, na qual, quanto menor o preço, este influenciará diretamente na receita da empresa.

O volume de receitas irá depender da quantidade vendida do bem produzido pelo empresário, ou seja, a receita da empresa dependerá da procura por esse bem. [...] a procura está inversamente relacionada ao preço cobrado pelo produto. Isso significa que, quanto maior o preço, menor será a procura pelo produto, o que afetará a receita total do empresário (KOPELKE, 2011, p. 199).

A receita da empresa está diretamente ligada à quantidade de produtos vendidos. Caso o empresário queira aumentar sua receita que se mantinha uniforme, deverá reduzir o preço do produto para assim ampliar a demanda.

Para Kopelke (2011, p. 200), “Receita Marginal é o acréscimo à receita total provocada pela última mercadoria vendida”. Ainda segundo Kopelke (2011), essa Receita Marginal é considerada decrescente, pois para aumentar a procura por determinado produto, o preço desse produto deverá cair.

Para acharmos o valor da receita marginal, dividimos a variação da receita total pela variação das quantidades procuradas decorrentes da queda do preço de um produto. Suponhamos que uma empresa de loja de calçados venda um determinado item por R\$ 60,00, tendo uma procura de 100 unidades, isto gerará uma receita total de R\$ 6.000,00. Caso reduzisse o valor desse calçado para R\$ 55,00 e a procura decorrente da queda do preço aumentasse para 200 unidades, a receita total seria R\$ 11.000,00. Caso dividíssemos essa variação do aumento da receita total de R\$ 5.000,00 pela variação do aumento das quantidades procuradas de 100 unidades, acharíamos o valor de R\$ 50,00, ou seja, cada novo calçado

vendido geraria uma receita marginal de R\$ 50,00. Vale ressaltar que existe um ponto em que o aumento do número de vendas não provoca aumento de receita. Por mais que o preço unitário do calçado caia ainda mais, o estímulo do aumento de vendas não aumenta a receita total.

2.3.2 Custos e Despesas

Segundo o SEBRAE, todas as empresas possuem gastos, independentes de serem comércio, indústria ou serviço. Esses gastos podem ser divididos em custos, despesas variáveis e despesas fixas. A correta análise desses gastos se faz necessária para a correta apuração do lucro e gerenciamento financeiro eficiente.

- Custo – No caso do comércio, compra de mercadorias para revenda e os fretes sobre essas compras.

- Despesas variáveis – Variam proporcionalmente de acordo com o volume de vendas. Exemplo: impostos e comissões sobre as vendas.

- Despesas fixas – Não variam proporcionalmente ao volume de vendas. Mesmo que não haja vendas, haverá a despesa a ser paga. Exemplo: energia elétrica, aluguel, água e esgoto, honorários contábeis, pró-labore, salários e encargos.

2.3.2.1 Controle de Despesas

Segundo o SEBRAE, existem formas de controlar as despesas fixas e variáveis. Deve-se fazer um controle de despesas fixas separado do controle de despesas variáveis, registrando e classificando diariamente cada gasto realizado. É importante comparar mensalmente as despesas realizadas com as dos meses anteriores e para análise de eventuais discrepâncias.

2.3.3 Maximização do Lucro

Conforme Mankiw (2009, p. 291), “Uma empresa que opera num mercado competitivo, como a maioria das demais empresas da economia, procura maximizar seu lucro, que é igual à receita total menos o custo total”. Ninguém abre uma empresa sem visar ao lucro, e esse lucro somente será maximizado num ponto no qual haverá a maior distância entre a receita total e o custo total. Uma empresa pode sobreviver no ponto que podemos chamar “lucro zero”. Então surge o questionamento: Qual o interesse do empresário em manter uma empresa cujo lucro é igual a zero? Mesmo o lucro sendo zero, o proprietário será remunerado através do pró-labore, ou seja, um valor fixo e mensal que o recompensará pelos serviços prestados à empresa, e o pró-labore está integrado ao custo para manutenção da empresa. Na situação em que o lucro é zero, a empresa não consegue ampliar-se por não possuir recursos para investimentos, porém ainda assim consegue sobrevivência própria e, em consequência, de seu proprietário.

Segundo Kopelke (2011, p. 205), “O objetivo de maximização do lucro ocorre no ponto onde a diferença entre a Receita Total e os Custos Totais for maior”. Quanto maior a diferença entre a receita total e o custo total, maior será o lucro da empresa.

Voltamos a falar do exemplo da loja de calçados usado para a explicação de receita marginal. Digamos que essa loja tenha registrado, entre despesas fixas, custo e despesas variáveis, um total de R\$ 10.546,00 para uma receita total de R\$ 11.000,00 pela venda de 200 calçados a R\$ 55,00 cada. Teríamos aqui um resultado de R\$ 454,00 de lucro. A mesma loja, querendo aumentar seu faturamento, diminui o preço do calçado para R\$ 50,00, aumentando as quantidades procuradas para 300 calçados, totalizando R\$ 15.000,00 de receita total. Com essa receita, ela registrou entre despesas fixas, custo e despesas variáveis um total de R\$ 13.738,00, tendo como resultado R\$ 1.262,00 de lucro. Querendo aumentar ainda mais o

faturamento, a loja fez uma megapromoção, reduzindo o preço do calçado para R\$ 40,00, aumentando as quantidades procuradas para 500 calçados, totalizando R\$ 20.000,00 de receita total. Com essa receita, ela registrou entre despesas fixas, custo e despesas variáveis um total de R\$ 19.978,00, tendo como resultado apenas R\$ 22,00 de lucro.

Com esse exemplo conclui-se que faturamento não significa lucro. Não temos como saber sobre a sobrevivência da empresa tirando conclusões sobre um simples faturamento. É preciso que ele seja analisado em conjunto com as despesas, para então chegarmos ao resultado do lucro, que será maximizado quando a diferença entre receita total e despesa total for maior.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que a palavra economia apresenta diversos significados. Dentre eles, os mais importantes seriam o do senso comum, que é economizar, poupar, conter gastar, evitando desperdícios. Como atividade econômica, são as ações dos seres humanos em produzir, distribuir ou consumir riquezas, satisfazendo suas necessidades e criando condições para sua sobrevivência. Como ciência econômica, são as maneiras pelas quais os seres humanos se organizam para exercer atividade econômica.

Num mercado extremamente competitivo, no qual estão inseridas as micro e pequenas empresas, é importante que os empreendedores tenham o mínimo de conhecimento de economia, principalmente no que se refere à microeconomia, que estuda o comportamento de consumidores e produtores e o mercado em que interagem. Nesse trabalho preocupou-se em dissertar sobre os interesses dos produtores, nos quais se procura em primeiro lugar sua sobrevivência, logo após a maximização de lucro e a ampliação dos negócios.

A maximização do lucro ocorre no

ponto em que a diferença entre a receita total e os custos totais for maior. Para entender sobre maximização do lucro, foi necessário conhecer o conceito de receita total, o que nada mais é do que o montante da venda multiplicado pelas quantidades vendidas. Além do conceito de custo total e sua correta gestão, no qual se encontra embutido o custo da mercadoria vendida, que é o valor da compra da mercadoria para revenda e os fretes, vimos as despesas fixas, que não variam de acordo com a venda, e as despesas variáveis, que variam de acordo com o volume de vendas.

REFERÊNCIAS

BERGO, César Augusto Moreira.

Conceitos Básicos de Economia.

Anbima, 2011. Disponível em: <<http://www.cnf.org.br/documents/19/fd534a67-8d62-4f38-b412-c52308259740>>. Acesso em: 27 out. 2013.

KOPELKE, André Luiz. **Economia**. Indaial: Grupo UNIASSELVI, 2011.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**. Traduzido por Allan Vidigal Hastings. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/momento/quero-melhorar-minha-empresa/utilize-as-ferramentas/controles-financeiros/bia-338-o-que-sao-os-controles-financeiros/BIA_338>. Acesso em: 3 nov. 2013.

_____. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/momento/quero-melhorar-minha-empresa/utilize-as-ferramentas/controles-financeiros/bia-40-tipos-de-despesas-nos-negocios/BIA_40>. Acesso em: 3 nov. 2013.

UNIASSELVI - Centro Universitário Leonardo da Vinci
Rodovia BR 470, Km 71, no. 1040, Bairro Benedito
Caixa Postal: 191 - 89.130-000 - Indaial / SC
Fone (47) 281-9000/281-9090
www.uniassevi.com.br
editora@uniassevi.com.br
